

AUDITORIA GOVERNAMENTAL NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO FISCAL

O REEQUILÍBRIO DAS CONTAS FINANCEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ERJ

Todos os pensamentos e argumentos contidos nesta apresentação são de responsabilidade direta e exclusiva de seu autor, não necessariamente representando a posição de organização a que esteja vinculado.

Coordenador do Programa de Estudos dos Estados e Municípios da EBAPE – FGV.
Professor Titular de Economia e Administração Pública e de Empresas

Assessor da Presidência – FGV

CEO da IBCI – Institutional Business Consultoria Internacional

Economista-Chefe do SECIF - Sociedades Crédito Financiamento e Investimento dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo

Coordenador do Grupo de Economia e Planejamento da ABERJ – Associação dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro

O objetivo deste estudo e apresentação é o de contribuir construtivamente com pensamentos e reflexões a favor da Recuperação Econômica e Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

São realizadas análises numéricas, sobre a base de dados contábeis e financeiros fornecidos pelos diversos documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A seguir, sinteticamente, oferecem-se alternativas de propostas e sugestões de soluções para sair da crise.

- Apresentação sintética, resumida;
- Objetivos e metas de teor Financeiro
- Metodologia da apresentação:
 - Contexto e referências das Finanças Públicas, em resumo;
 - Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016, em resumo;
 - Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável;
 - O que parece que pode e deve ser feito, resta a saber se os interesses de grupo arraigados e a cultura local estão deveras propensos a aceitar e implantar mudanças;
- Sugestões para o reequilíbrio das Finanças:
 - Gestão e Administração de fato, com boas práticas;
 - O cerne da prática das Finanças Públicas sob ótica Diretiva
- Referências Legais e autorais (vide no documento integral, ref. Pg 31)

Objetivos e metas de teor Financeiro:

Reequilibrar as Finanças Públicas do ERJ requer medidas, a saber,

- Avaliar a situação encontrada e auditar todas as contas: RCL caem; DespCL sobem; Déficit Primário e Nominal dispararam; Dívida Líquida disparou e cobre precariamente as contas
- Isto implica na Necessidade de reestruturar as Finanças:
 - Estruturalmente, das componentes principais e fixas, de longo prazo;
 - Conjunturalmente, em face do momento de profunda depressão econômica estadual e recessão macroeconômica sem par, brasileira;
 - De forma a que não se repita o quadro deteriorado no médio e no longo prazos;
 - Evitando-se o endividamento crônico;
 - Criando-se dependência financeira e política da União;
- Recuperar a RCL (arrecadação e renúncia fiscal); controlar e otimizar as despesas correntes; aumentar a capacidade de investimento e pagar dívidas, reduzindo-as convenientemente, faz parte da equação de reequilíbrio;

- Eliminar e controlar as raízes e os fundamentos combinados dos problemas encontrados:
 - Projeções equivocadas;
 - Assunção de cenários irrealistas, pouco debatidos, fechados em copas;
 - Acomodar-se na presunção de que Obrigações de Crédito (formação de dívida) e Transferências da União são inesgotáveis. Pelo contrário, tudo tem um limite;
 - Ojeriza da classe política em, após ter contratado pessoal em massa, como se o Estado produzisse riqueza (o que não faz) e ter aumentado proventos dos servidores, passar a demitir pessoal. Assunto delicado, complexo e desgastante;
 - Porque não tem emprego e o empresariado perdeu em eficiência face a outros estados, emprega-se em E&M, a folha cresce, cobra-se mais impostos, logo destrói ainda mais a competitividade do setor privado e vai repetindo a destruição do ciclo virtuoso;
 - Auditorias parciais, insuficientes, após ocorrência de desvios;
 - Governos eleitos vencedores assumem e se isolam, se retraem de contato maior com a sociedade, no que surgem graves suspeitas de azar moral, comunicação limitada porque há o que esconder e especulações sobre a competência para governar.
- Direcionar-se para a coordenação econômico-financeira integral do ERJ;

- Incentivar a produção de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Auto-sustentável e de Longo Prazo, do ERJ** que seja aplicável, realista e submetido a rigoroso acompanhamento técnico. Democratizar o acesso e acompanhamento de resultados desse PE, com um **cockpit de controle efetivo** nos melhores centros de inteligência do ERJ;
- Adotar as medidas pertinentes sobre os que agem com **Gestão Temerária** – Código Civil, artigo 50 da Lei 10.406. Identificar às claras aqueles que não de responder solidária e ilimitadamente pelos atos de gestão irregular, temerária e “equivocada”, com apuração concreta de responsabilidades;
- **Mentalidade variada.** Acabar com a era do: “tudo bem”; “deixa para lá”; “não é comigo”; “você não é um dos nossos”; “não abra o mercado, não incentive a concorrência, deixa estar, senão você vai melar o meu negócio” e tantas outras expressões que mostram a que nível chegou a “cultura local”; ou audite depois;
- **Agilizar** por conta de produtividade, eficiência, eficácia, velocidade de resposta, ética e produtividade, os procedimentos de promoção de servidores, para **valorizar uma política meritocrática e de adaptabilidade à competição globalizada;**
- **Aproveitar o trabalho e serviço voluntário**, bem definido e estatuído, de antigos servidores do ERJ, inativos, aposentados, que possuem saber, conhecimento, motivação e custam menos em fase de diáspora econômica.

Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2012 e 2016, em resumo, do Estado do Rio de Janeiro – ERJ.

Evolução (ou seria involução?) das contas do ERJ

A inflexão é em 2012: marco.

Rubrica e ano	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado primário (Ac).	-909	-4.704	-7.339	-3.958	6.324
PIB ERJ	745.414	772.139	792.317	710.316	651.597
Resultado Primário - Meta	-1.520	-5.162	-6.295	-3.011	-17.852
Resultado Nominal - Meta	7.954	7.319	8.978	9.107	1.206
RCL Ajustada pelo IGP-DI	52.661	57.846	54.364	54.676	46.229
RCL	40.613	47.064	46.046	51.224	46.229
DCL - Dívida Consolidada Líquida Aj	86.996	88.962	96.879	107.993	107.278
DCL - Dívida Consolidada Líquida Nom	67.096	72.384	82.055	101.174	107.277
Receita pela LOA	64.032	72.739	82.999	90.311	79.900
Receita Realizada	60.575	67.954	71.343	58.169	47.526
Receita ajustada a preços de 2016	78.343	83.521	84.232	62.089	47.526
Operações de crédito - Empréstimos	4.755	5.030	7.605	4.994	1.227
Despesas da Dívida	4.858	5.763	6.681	7.284	4.715
Arrecadação Tributária	45.566	43.861	44.161	31.032	30.548
Renúncia Fiscal Efetiva (est. 2016)	5.904	6.379	7.422	9.319	11.278
Despesas pela LOA	64.032	72.739	82.899	90.312	99.832
Despesas Liquidadas de fato	60.474	67.779	70.855	61.906	56.460

Fontes: PEEM - FGV; RACG; TCE/RJ; FGV; Governo ERJ; SEFAZ/RJ; LOA ERJ; LRF aplicada a ERJ; Demo. Fiscais ERJ; Casaes, F. Tese F

Gráfico 1 - Evolução das Contas do ERJ, PIB e Receita Realizada

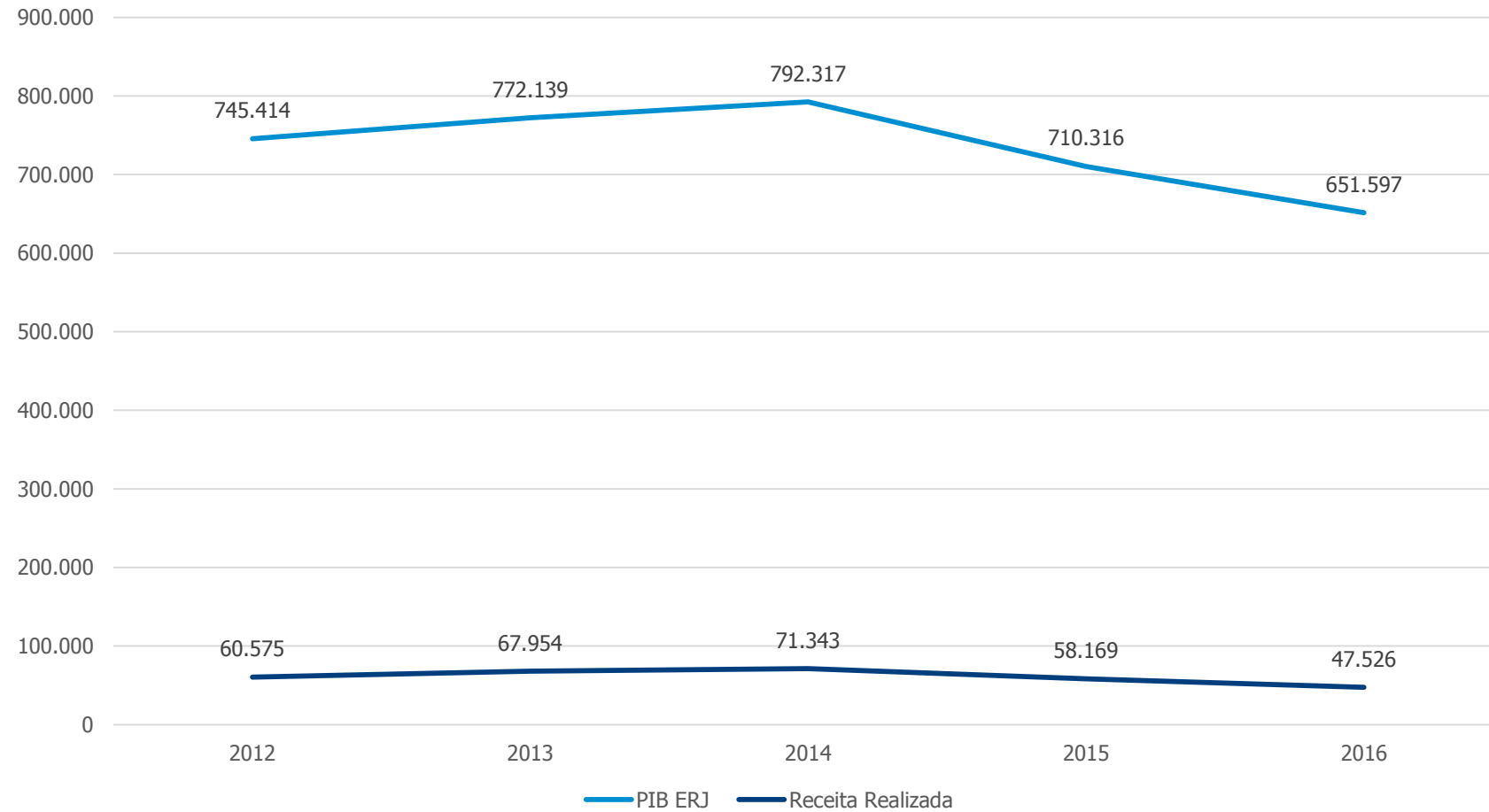


Gráfico 2 - Evolução das Contas do ERJ – PIB do ERJ e Arrecadação Tributária

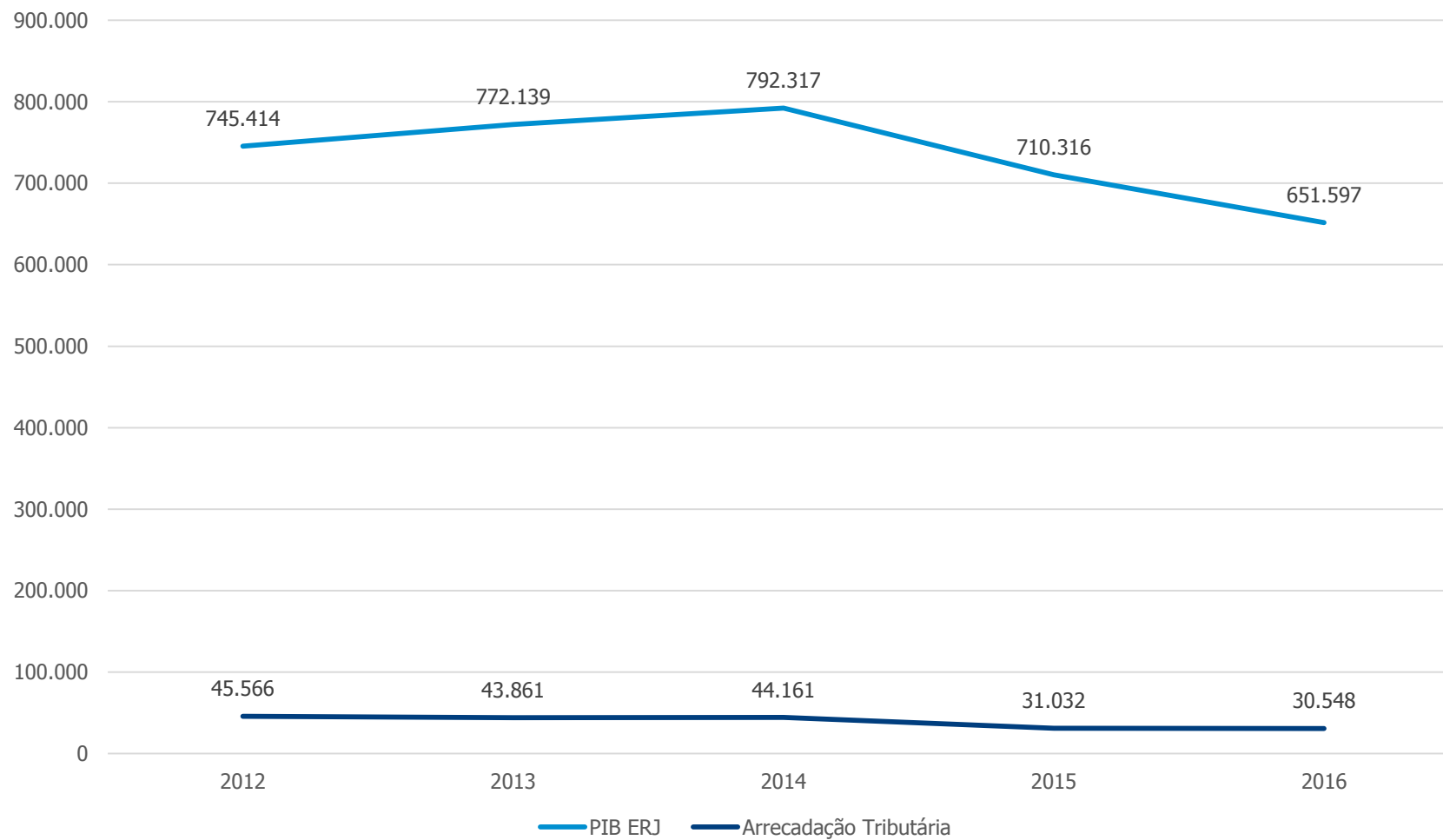


Gráfico 3 - Evolução das Contas do ERJ – Receitas e Despesas pela LOA

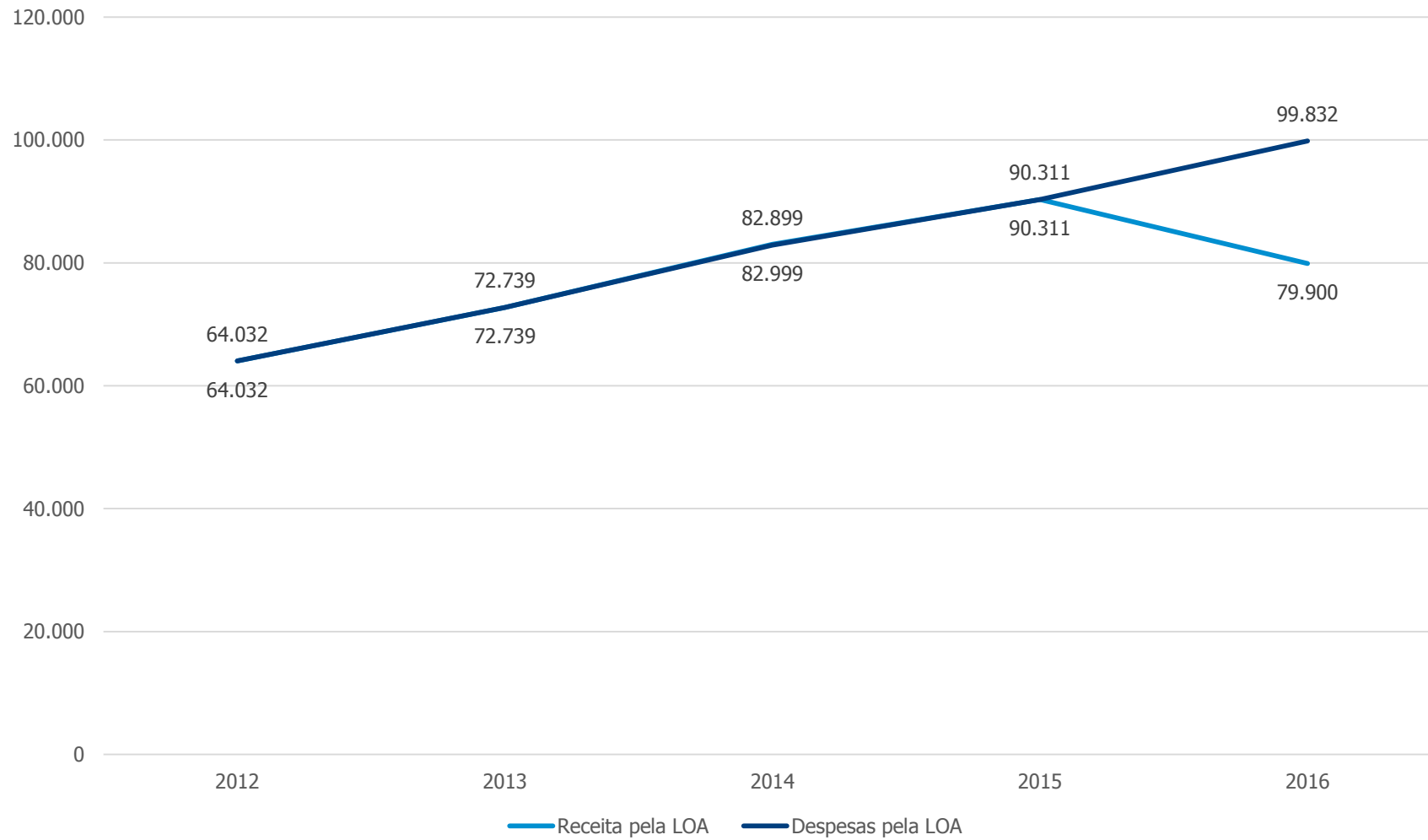


Gráfico 4 - Evolução das Contas do ERJ – Receitas Realizadas e Despesas Liquidadas de fato

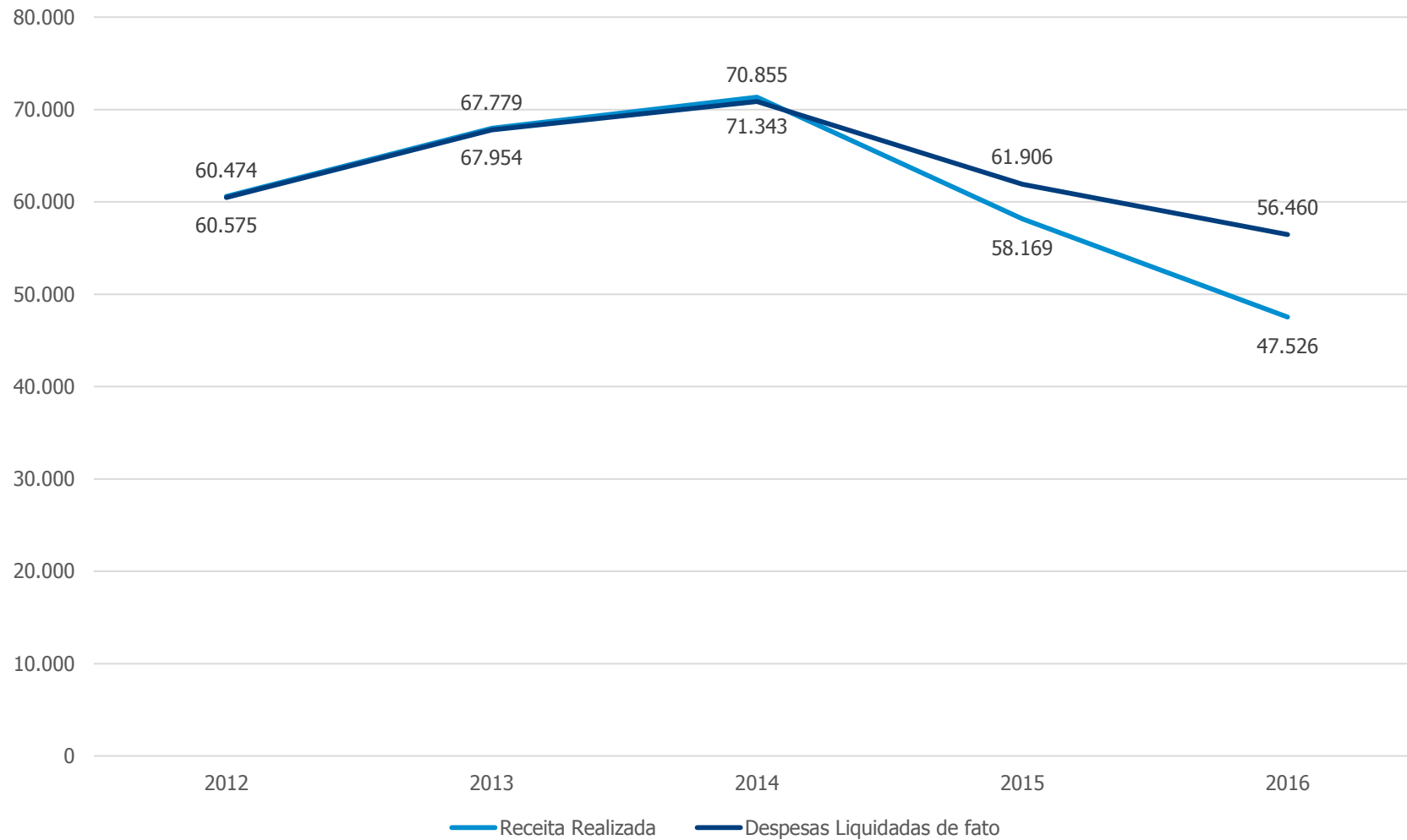


Gráfico 5 - Evolução das Contas do ERJ – Operações de Crédito e Despesas Liquidadas de fato

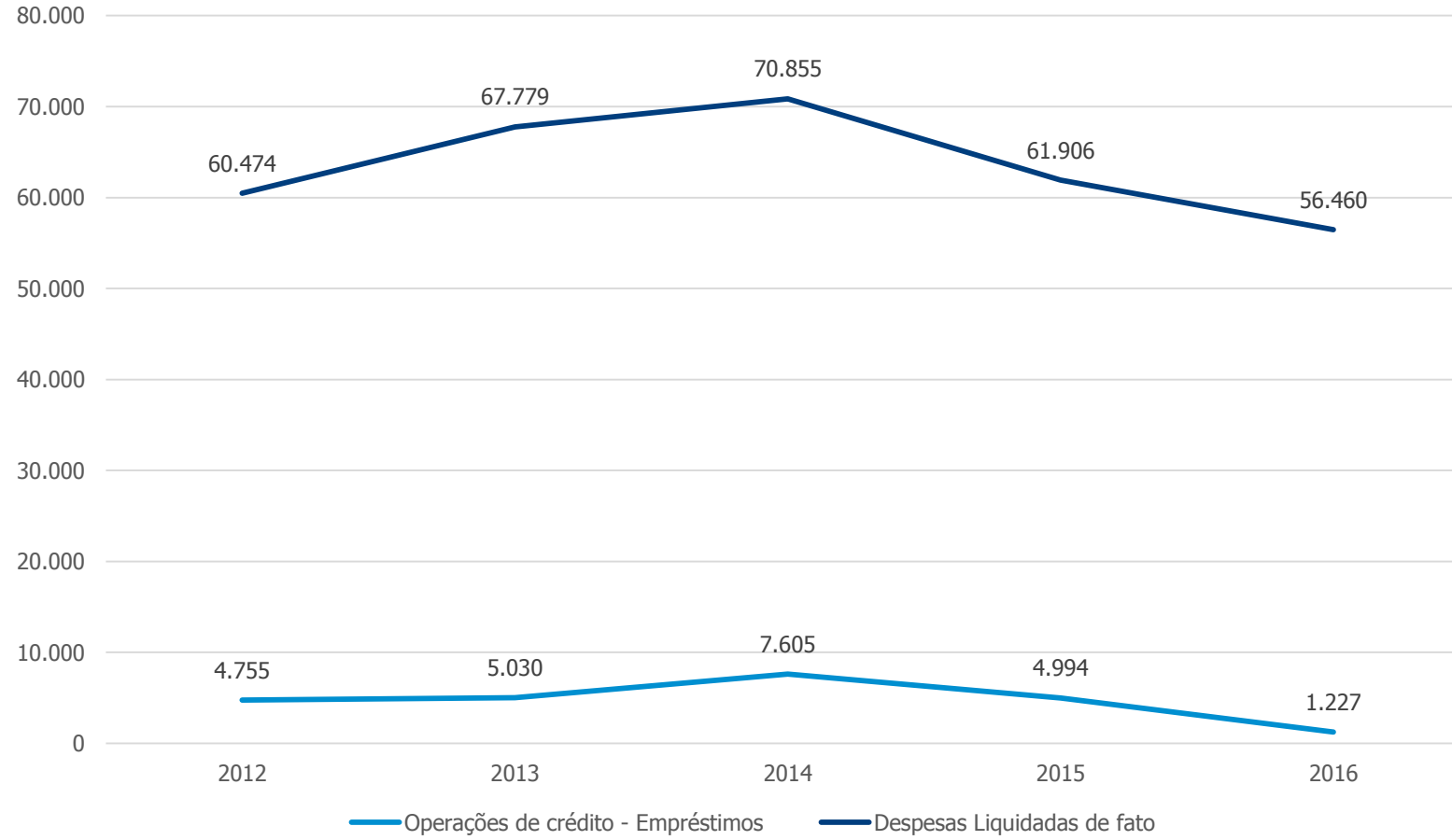


Gráfico 6 - Evolução das Contas do ERJ

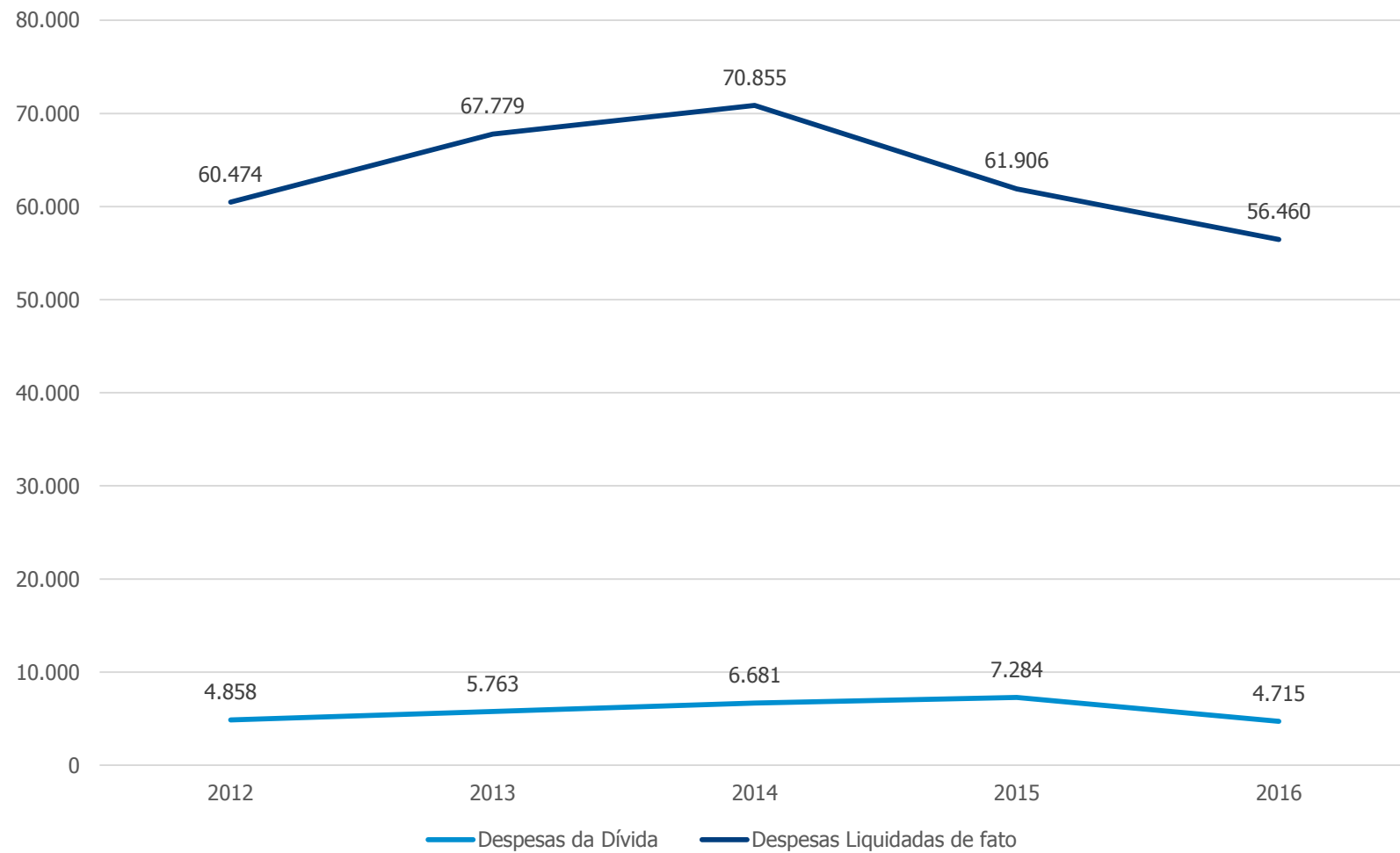
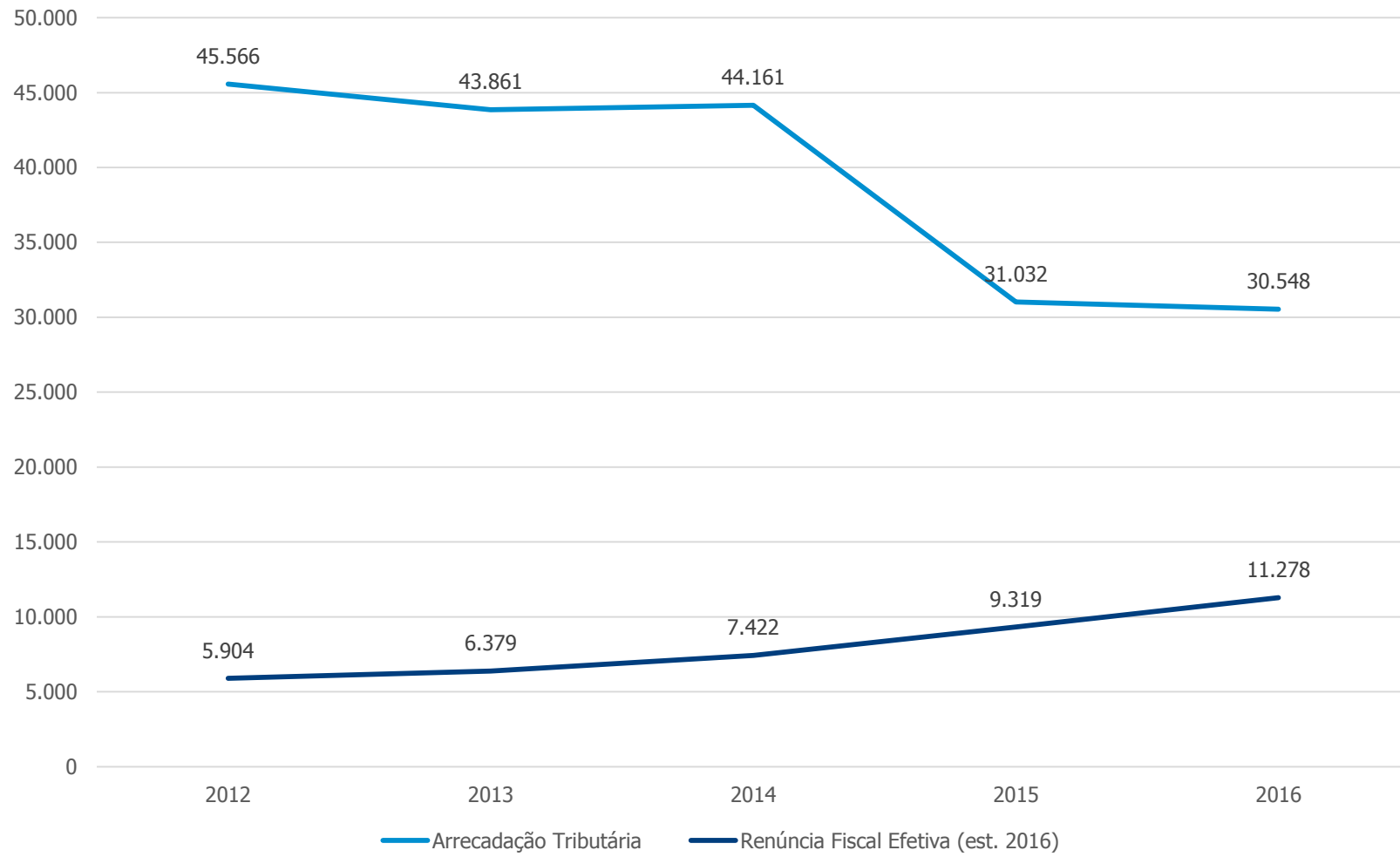


Gráfico 7 - Evolução das Contas do ERJ – Arrecadação Tributária e Renúncia Fiscal Efetiva



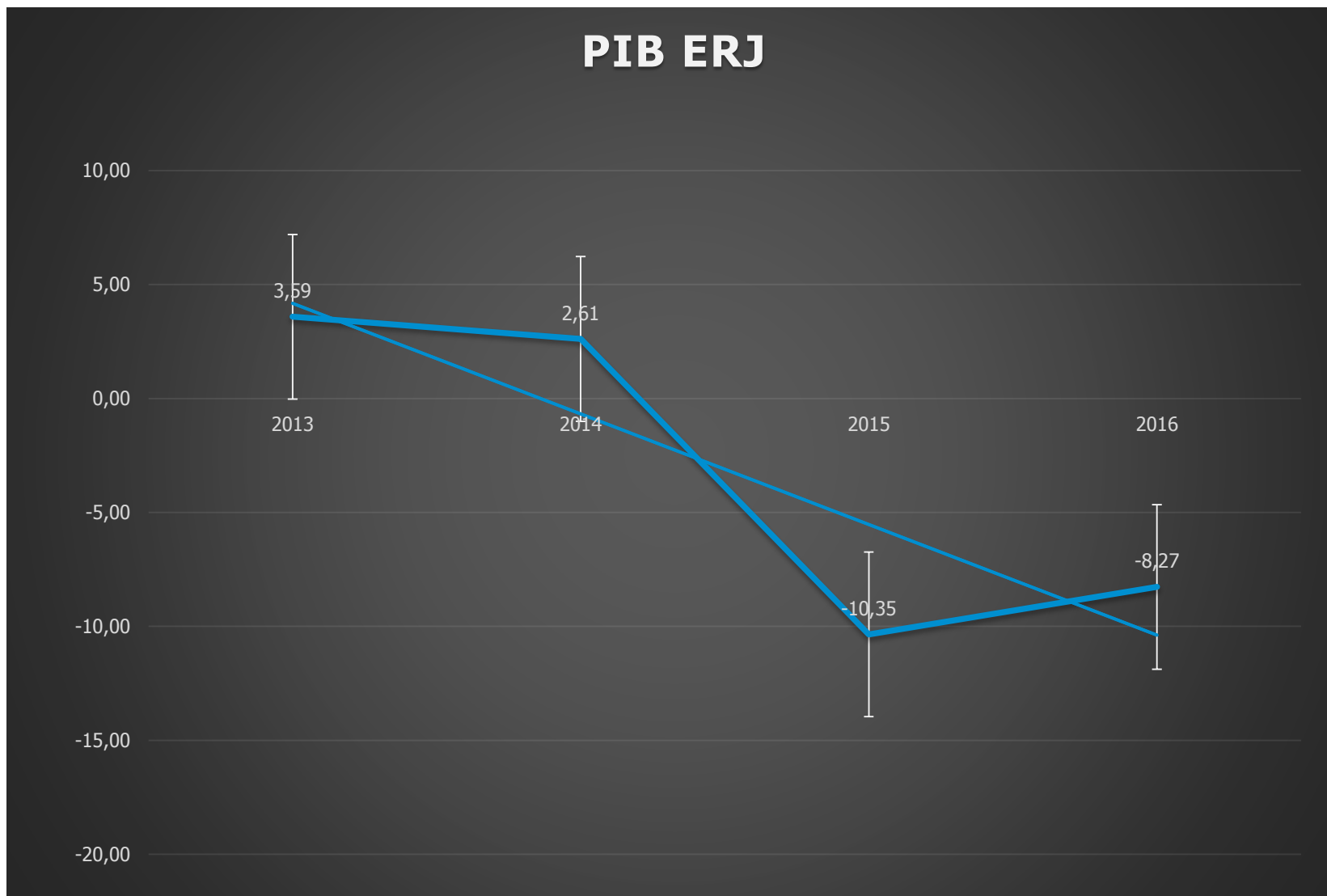
Taxas de variação das rubricas contábeis do ERJ entre 2013 e 2016

Rubrica e ano	2013	2014	2015	2016
Resultado primário (Ac).	417,49	56,02	-46,07	-259,78
PIB ERJ	3,59	2,61	-10,35	-8,27
Resultado Primário - Meta	239,61	21,95	-52,17	492,89
Resultado Nominal - Meta	-7,98	22,67	1,44	-86,76
RCL Ajustada pelo IGP-DI	9,85	-6,02	0,57	-15,45
RCL	15,88	-2,16	11,25	-9,75
DCL - Dívida Consolidada Líquida Aj	2,26	8,90	11,47	-0,66
DCL - Dívida Consolidada Líquida Nom	7,88	13,36	23,30	6,03
Receita pela LOA	13,60	14,11	8,81	-11,53
Receita Realizada	12,18	4,99	-18,47	-18,30
Receita ajustada a preços de 2016	6,61	0,85	-26,29	-23,46
Operações de crédito - Empréstimos	5,78	51,19	-34,33	-75,43
Despesas da Dívida	18,63	15,93	9,03	-35,27
Arrecadação Tributária	-3,74	0,68	-29,73	-1,56
Renúncia Fiscal Efetiva	8,05	16,35	25,56	21,02
Despesas pela LOA	13,60	13,97	8,94	10,54
Despesas Liquidadas de fato	12,08	4,54	-12,63	-8,80

Fontes: PEEM - FGV; RACG; TCE/RJ; FGV; Governo ERJ; SEFAZ/RJ; LOA ERJ; LRF aplicada a ERJ; Demo. Fiscais ER

Taxa de Variação anual do PIB do ERJ entre 2013 e 2016

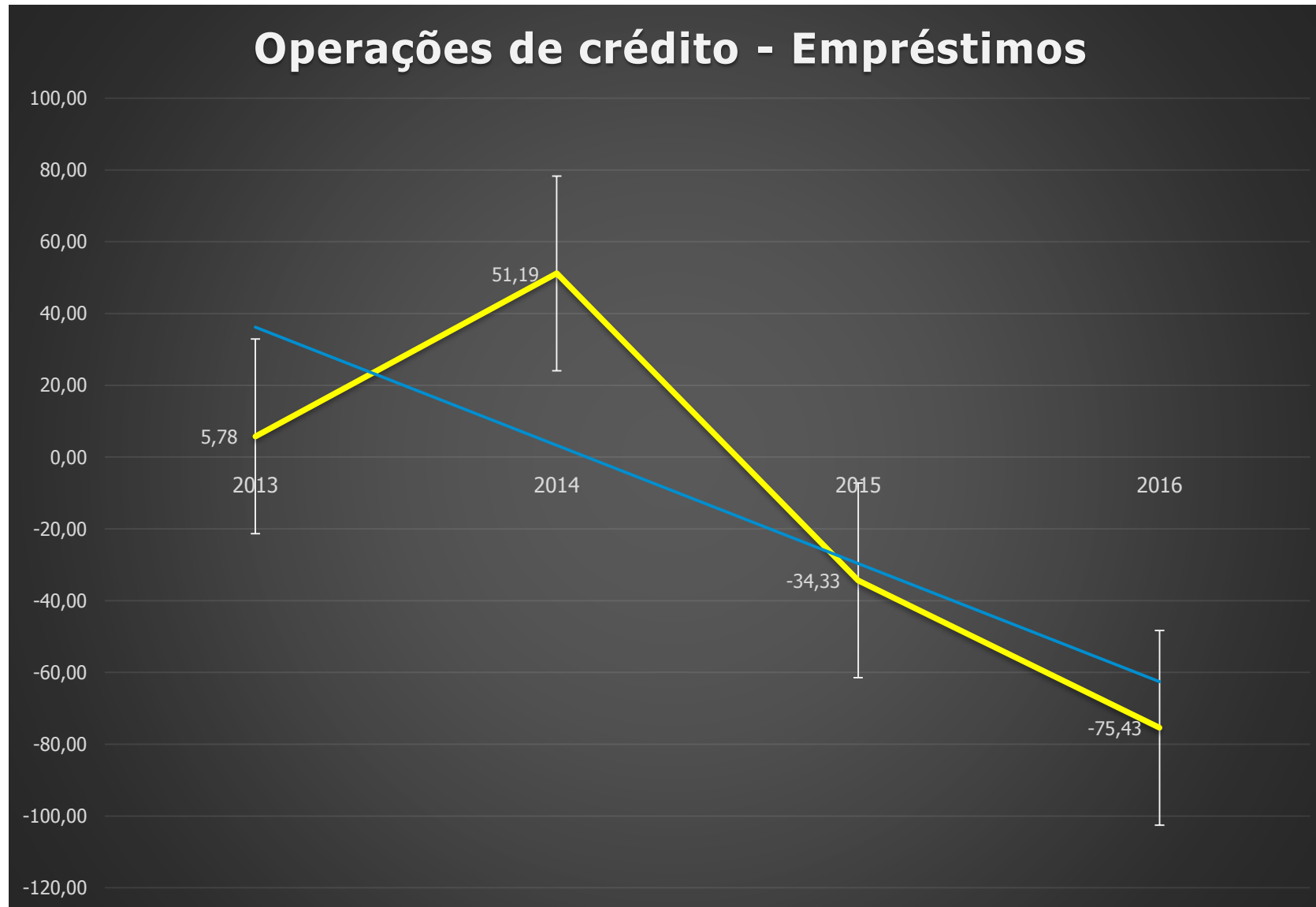
A linha de tendência mostra “para onde se dirige” a variável, se não forem adotadas medidas inovadoras e corretas, que corrijam o rumo da economia fluminense.



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Taxa de Variação anual das Operações de Crédito-Empréstimos ao ERJ entre 2013-2016.

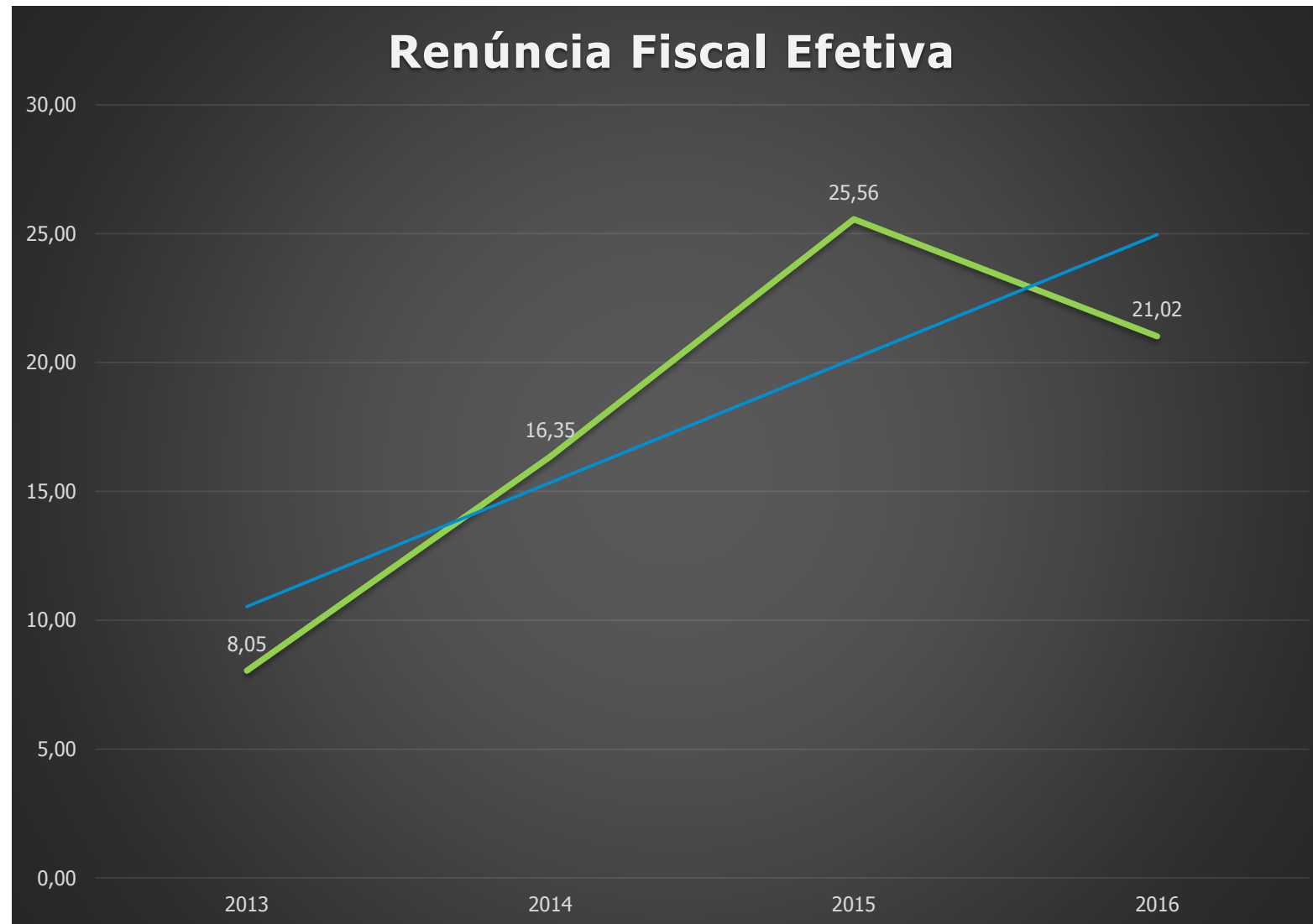
A linha de tendência entre 2013 e 2016 da taxa de variação de créditos é de queda. Acordos de saneamento financeiros ainda assim existem com a União. Banco não liberam crédito livremente, os riscos de impago crescem e há limites para assunção de dívidas



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Taxa de Variação anual da Renúncia Fiscal Efetiva do ERJ entre 2013-2016.

Certamente, um conjunto de fatores explica a disparada da Renúncia Fiscal, entre eles a recessão econômica violenta dos anos 2015 e 2016; a vontade de atração ao Estado, de novos e mais projetos; a percepção de medíocre crescimento anual do PIB-ERJ; e a possibilidade de ganhar quando autoridade fiscal e fazendária instituída, na potencial taxa de desconto de receitas a futuro, no valor presente financeiro.



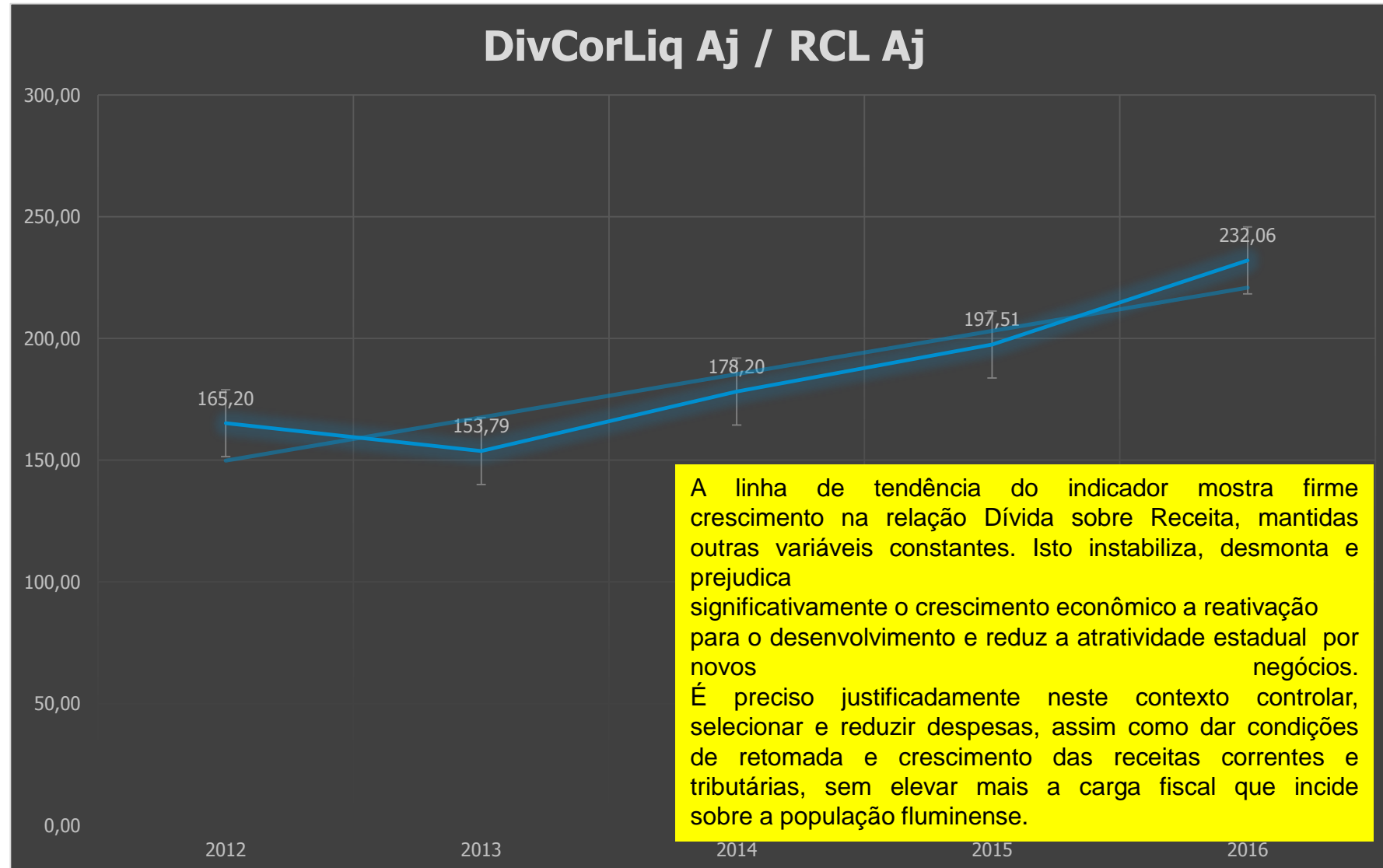
Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Indicadores selecionados em síntese do ERJ entre 2012 e 2016

Rubrica e ano	2012	2013	2014	2015	2016
DivCorLiq Aj / RCL Aj	165,20	153,79	178,20	197,51	232,06
Despesas / Receitas pela LOA	100,00	100,00	99,88	100,00	124,95
Despesas Liquidadas de fato / Rec. Realizada	99,83	99,74	99,32	106,42	118,80
Despesas da Dívida / Arrecadação Tributária	10,66	13,14	15,13	23,47	15,43
Div Cons Liq Nominal / PIB ERJ	9,00	9,37	10,36	14,24	16,46
Renúncia Fiscal Efetiva / Arrecadação Tributária	12,96	14,54	16,81	30,03	36,92

Fontes: PEEM - FGV e Professor Istvan Kasznar

Relação da Dívida Corrente Líquida Ajustada sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada pelo IGP-DI, no período 2012 a 2016.

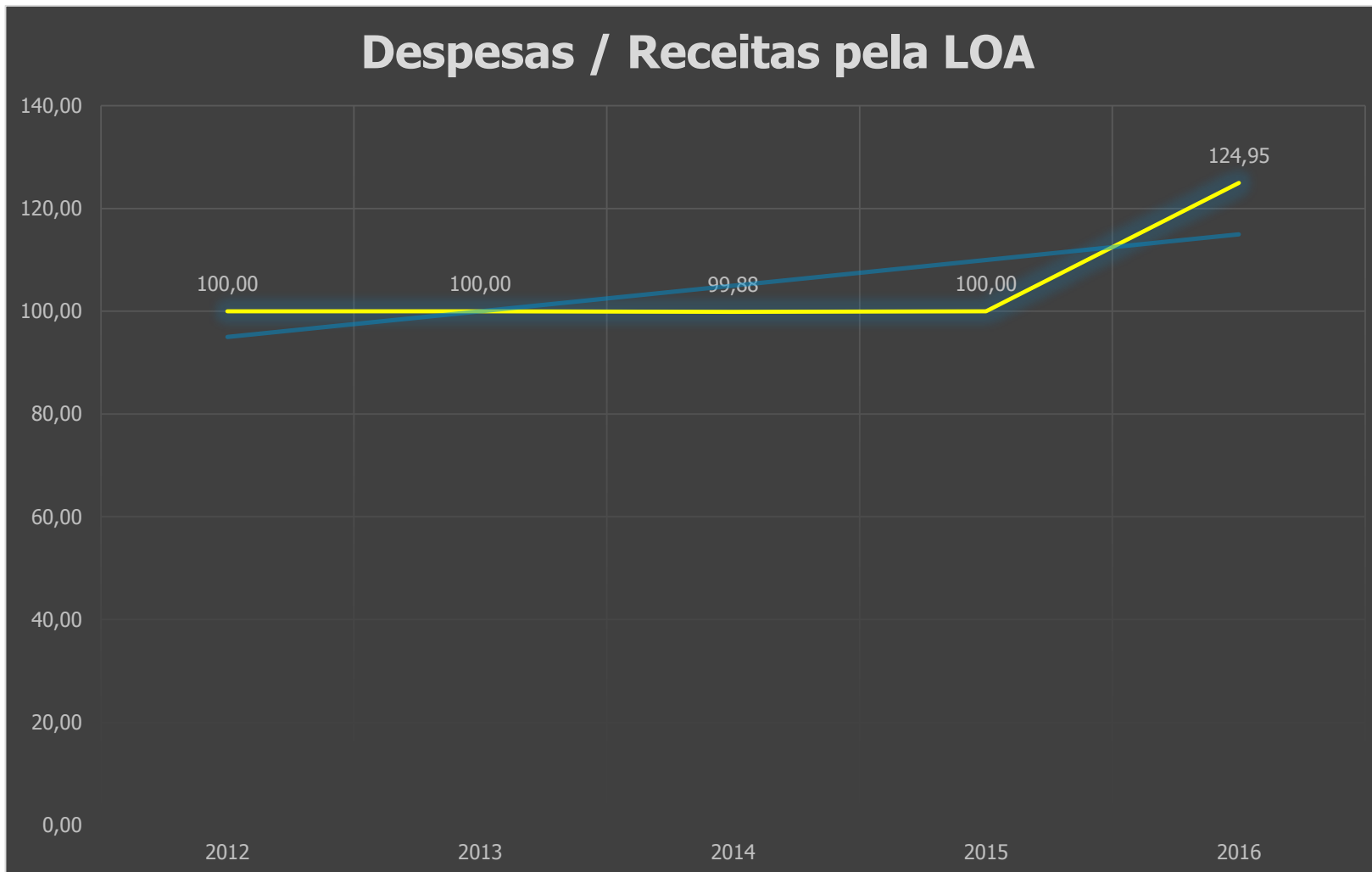


Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Relação prevista de Despesas sobre Receitas, pela LOA, entre os anos de 2012 a 2016.

Torna-se evidente que o equilíbrio anual aparente, dado pelo indicador a 100% em 2013 e 2014, foi substituído por um explosivo índice de 124,95% em 2016.

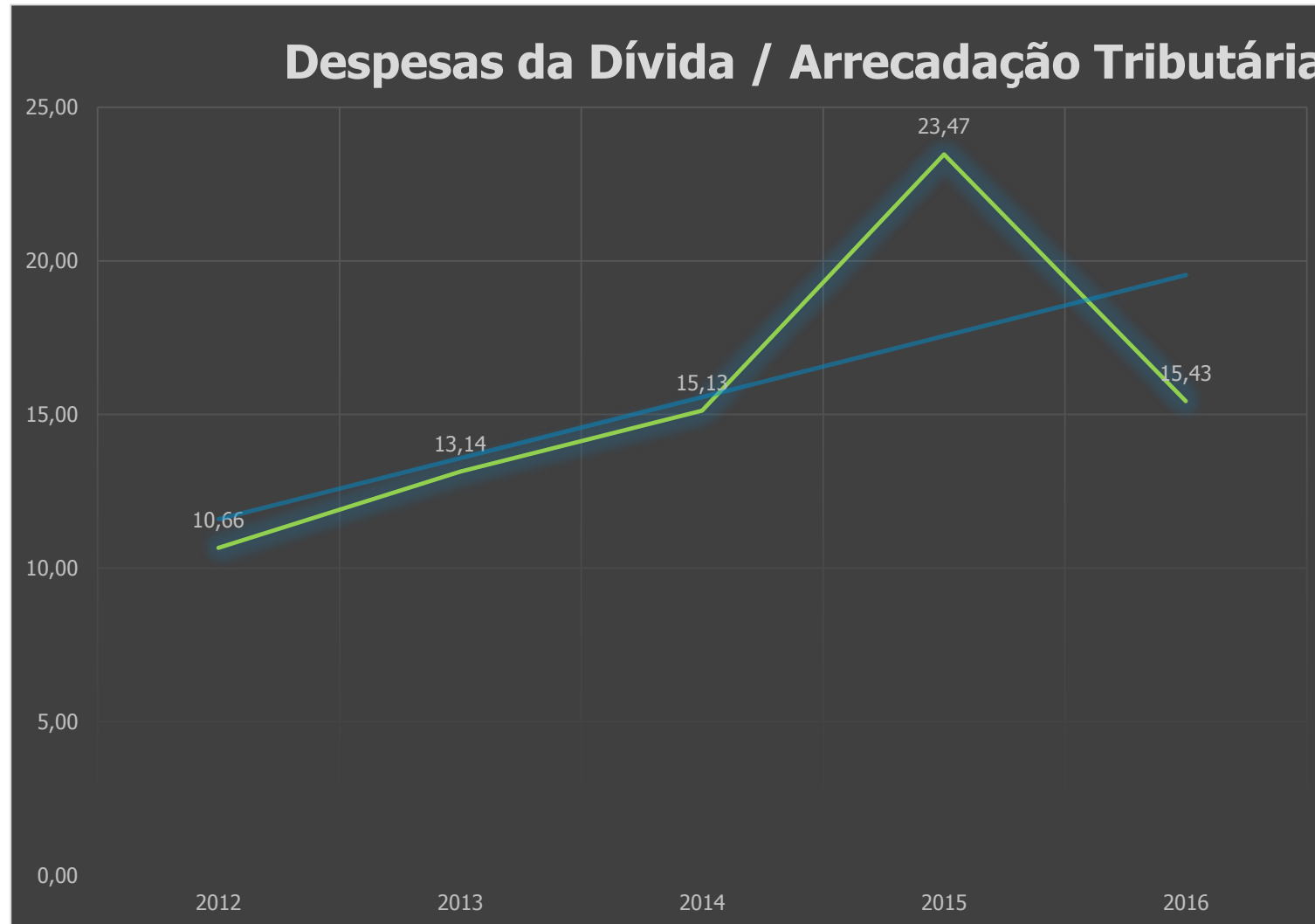
É fornecida uma evidência de contas que não fecham. O diferencial de 24,95% supera toda e qualquer “margem de erro técnica a nível de 5%” que possa ser aceitável, em perceptível situação de desequilíbrio das Finanças do ERJ.



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

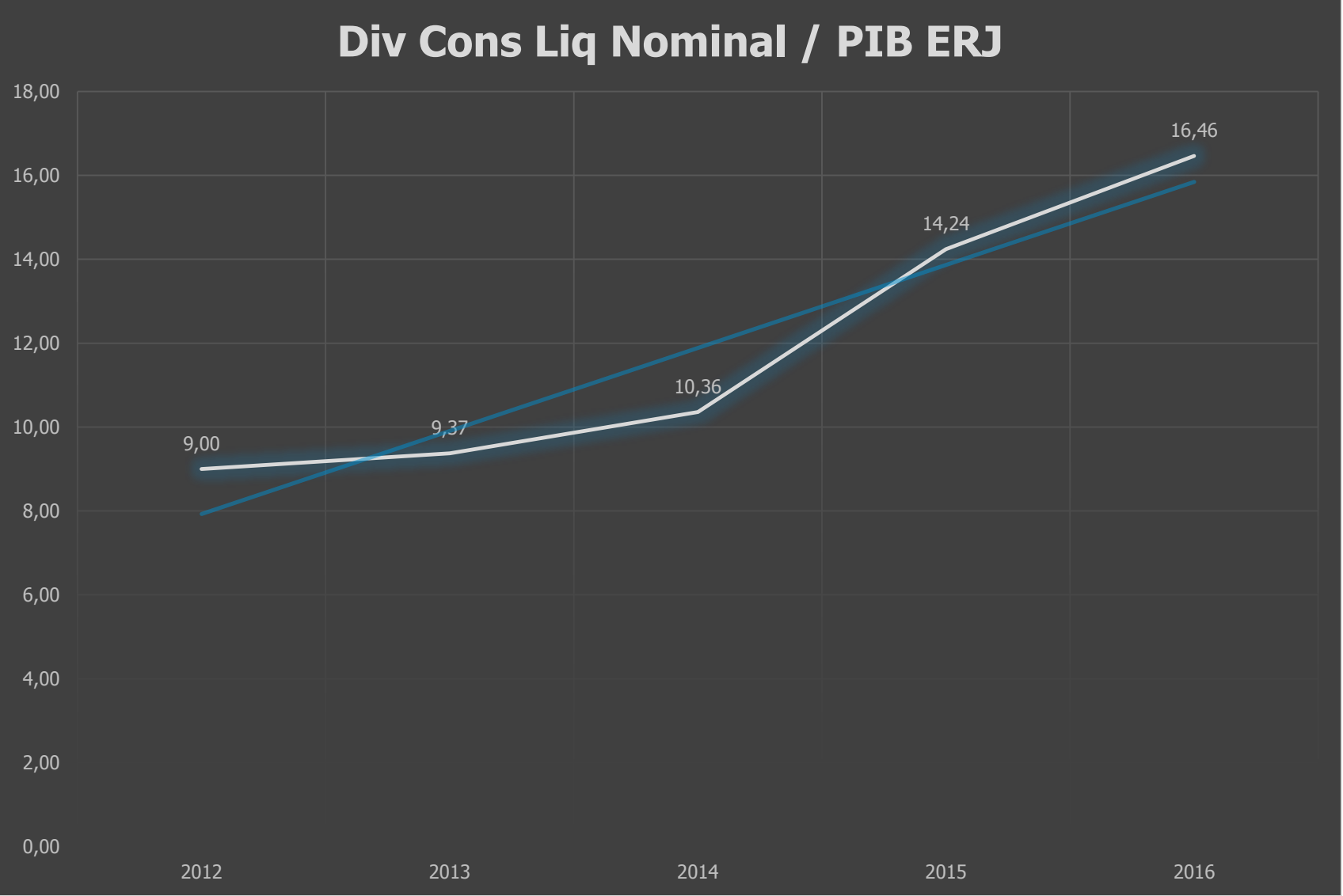
Relação Despesas da Dívida sobre Arrecadação Tributária entre 2012 a 2016.

A dívida precisa ter um limite, previsto da LRF. A arrecadação tributária tem outro limite, dado em 2016 pela capacidade e vontade de contribuir sócio-econômico-fiscalmente, dos agentes produtivos. No período, as despesas cresceram celeremente enquanto a arrecadação arrefeceu. Há uma exaustão na capacidade de contribuição tributária da população e do setor privado no Brasil e em especial no ERJ. Novas formas de pensar e estruturar o fisco da União, dos estados e municípios, precisam ser adotadas, sob pena de paralisar-se a atividade econômica auto sustentável e sadia em médio prazo.



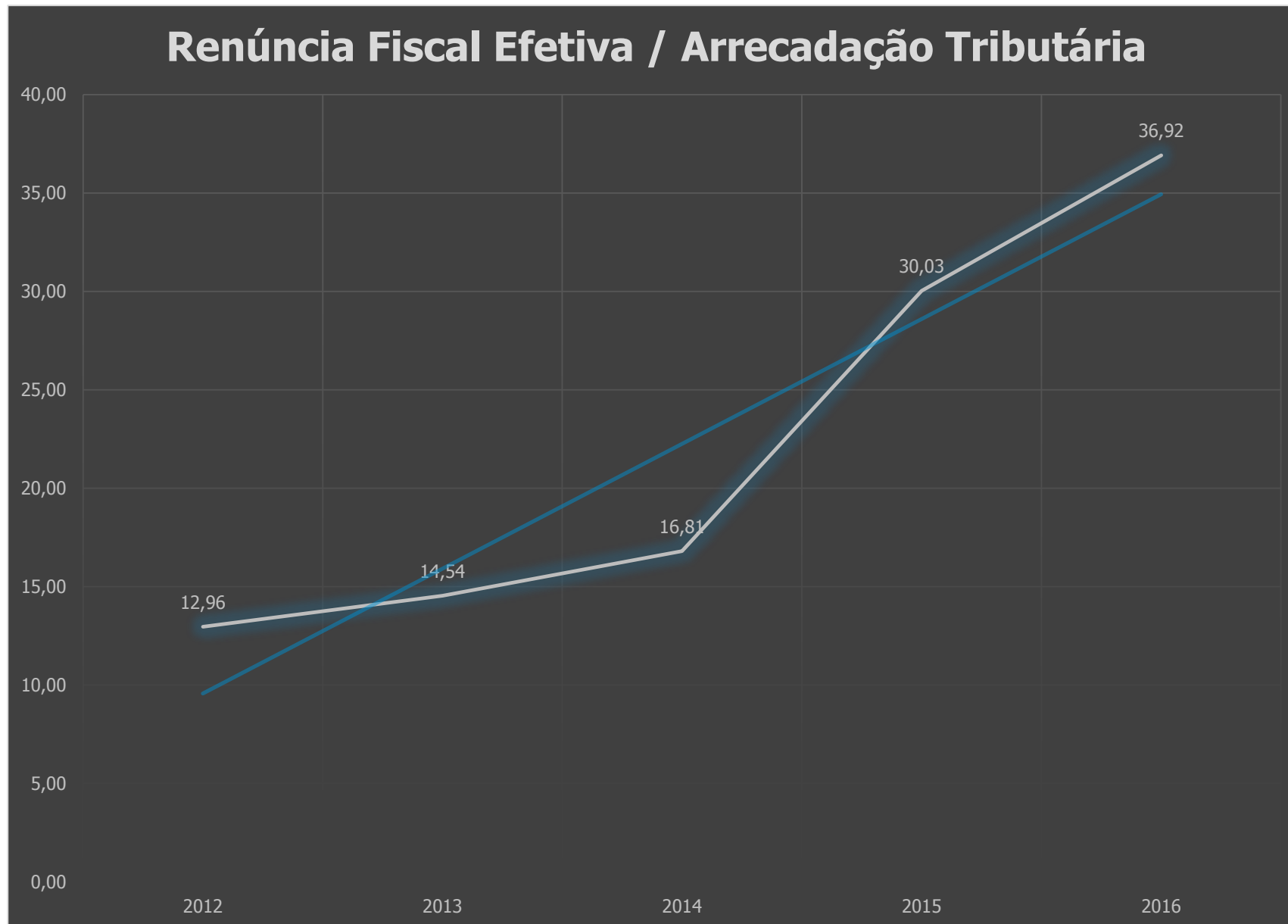
Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Relação da Dívida Consolidada Líquida Nominal sobre o PIB do ERJ entre 2012 a 2016.



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Relação entre Renúncia Fiscal Efetiva e Arrecadação Tributária entre 2012 a 2016.



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016. Comentários técnicos em resumo

- **Indicadores Fiscais e Valores Absolutos nominais e ajustados pela taxa de inflação ajudam a explicar a situação em que se encontram as Finanças Públicas do Estado do Rio de Janeiro (ERJ)**
- Resultados nominais indicam contínuo crescimento da dívida líquida do ERJ **entre 2006 e 2016**, salvo em 2009;
- Os resultados encerram com déficit, fora das metas definidas em LDO, os anos de 2008, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 ...
- Receitas estimam-se em LOA. Visam suficiência fiscal, sobretudo com base em arrecadação.
- Em valores reais, deflacionados pelo IGP-DI da FGV, a RCL oscila entre R\$ 49,4 (2006) e R\$ 57,8 bilhões, estagnando entre 2013 e 2015; 55% provem de tributos, cujo crescimento anual médio foi de -0,86%; a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;
- De 2012 em diante parte das despesas correntes estaduais fica a descoberto;
- Os déficits são crescentes de 2012 em diante, com flagrante descumprimento da meta. Para financiar-se, o ERJ contrata mais Operações de Crédito (no país que possui uma das 5 mais altas taxas de juros reais do mundo);
- De 2012 em diante, o quadro sugere más práticas de gestão; administração temerária e insistência no direcionamento escancarado de déficits financiados por créditos que não possuem hedge em arrecadação presente, nem futura;
- O TCE/RJ alertou sobre o uso de Receitas de Capital em Despesas Correntes e por créditos de longo prazo precisarem ser saldados em governos futuros; assim como para a redução das metas fiscais (2015);
- Enquanto entre 2006 e 2016 a RCL cresce a preços constantes 16,9% a DespesaCL cresce
- O PIB estadual cresceu na média 1,56%, entre 2006 e 2016. Enquanto isso, insista-se, a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;

- A RCL modifica-se por conta de alterações contábeis e artifícios, no período, enaltecendo-se os seguintes: retirada das receitas da CEDAE, declarada independente (DOERJ 1/4/09); diminuição das receitas e royalties do petróleo (Ex.: em 2009 foi – 20%); inclusão de depósitos judiciais em 2013 e 2015 como RC; e outras.
- O ICMS diminui em 5,2% e 11,7% nos anos 2015 e 2016, com PIB em depressão inequívoca de - 10,4% e - 8,3%.
- Conforme dados do CEPERJ, teve-se variação anual do PIB do ERJ de 5,1% em 2008; 5,4% em 2009; 3,7% em 2010; 7,96% em 2011 (recorde); 4,55% em 2012; 3,65 em 2013 e 2,6% em 2014. Logo, de 2012 em diante, o PIB cai fortemente. O ano 2012 é um divisor de águas;
- A Dívida Consolidada Líquida – DCL salta de R\$ 45 para R\$ 107 bilhões, de 2006 para 2016;
 - Variação nominal da DCL em 10 anos: 138%. Variação real da DCL: 25,7%.
- Ou seja, contrapondo, fica patente o distúrbio e a tendência inexorável à quebra financeira do ERJ no período: TxV real da RCL = - 0,37% aa \neq + 2,46% TxV real da DCL;
- A Dívida cresce porque: catapulta-se a previsão de RCL no Orçamento anual; subestima-se o IGP-DI no planejamento orçamentário a partir de 2010; superestima-se o preço do petróleo e do gás, assim como as receitas de royalties, após o período de bonança dos anos 2006 a 2011; contrata-se pessoal sem lastro tributário; reajustam-se salários e pensões por conta do “pico do preço do petróleo”; entre 2010 e 2014 a dívida aumenta 30,3 bilhões.

- O planejamento orçamentário “equivocado” crescentemente de 2012 em diante gera um diferencial entre receitas previstas em LOA e as Receitas Efetivas. Culmina-se em 2015 com gigantesco furo de caixa. Superestimam-se receitas, para acomodar despesas. Isso remete ao contingenciamento de despesas e o poder executivo é sacrificado, uma vez que os duodécimos do legislativo e do judiciário se calculam sobre receitas previstas. Deveria ser receitas efetivas pelo conceito de caixa que realmente entrou, é disponível.
- Conforme a LOA, em 2006 a $R_{realizada} / R_{LOA} = GRR$ foi de 97,42%. Perto de 100% considera-se bom, correto, projeção séria. Indicador abaixo de 95% é preocupante. Em 2008 o $GRR = 104,2\%$; em 2011 é 98,6% e a partir desse ano o GRR desce ladeira abaixo, chegando a 64,41% em 2015 e 59,5% em 2016.
- DCL e RCL como relação, são utilizados como parâmetro para a limitação de endividamento; a DCL não pode ser mais do dobro da RCL de um período.
- Com dados da RACG, DCL / RCL no ERJ assim evolui: 2006 foi 172%; 2011 foi 146,1%; 2012 passou a 165,2% (movimento de ascensão a partir desse ano); 197,5% em 2015 e 234,2% em 2016. Isto é, em 2016 o limite e a relação são desrespeitados. Perde-se o controle das contas públicas; a situação torna-se insustentável. Decreta-se a calamidade financeira no ERJ.
- A Arrecadação de impostos, tributos, inclui receitas correntes e de capital. No ERJ, 55% provém de tributos. Eles caem de 2013 em diante realmente.

- Fator que diminuiu a arrecadação no período pode ser a generosa série de renúncias fiscais (normatizada pela LRF; seção II, artigo 14).
- A LOA exige demonstrativo regionalizado dos impactos sobre RCL e DespCor das renúncias pelo elo federativo. (Art. 165, par6º da CFRB/1988).
- Inexiste cálculo projetivo e demonstrativo ex-post das renúncias praticadas. Apontam-se por alguns anos projeções por região no ERJ, com deficiência de dados e informações nas LOA (Vide Souza, 2007; Júnior, 2008; Rabello, 2009; Alencar, 2013; Willeman, 2017; e Casaes, 2017).
- A considerar a fonte apublica.org/2016/11, no documento intitulado Empresas beneficiadas pela renúncia fiscal do Rio, tem-se que:
 - 1) Em oito anos, estima-se que houve Renúncia Fiscal de R\$ 29 bilhões ;
 - 2) 100 empresas retiveram em seu caixa esses R\$ 29 bilhões;
 - 3) Esse valor, mesmo que para período passado mais extenso, corresponde aos R\$ 28 bilhões previstos originalmente de aumento de receita em 2017 e 2018 com as 18 medidas de austeridade anunciadas – claro está, a comparabilidade dos valores é posta em cheque.
- A LOA de 2016 informa valores de renúncia por segmento econômico e Relatório do TCE/RJ e da SEFAZ/RJ apontam renúncia efetiva de R\$ 9,76 bilhões. Isto é, sem renúncia o tamanho do rombo fiscal seria 1/3 menor, aproximadamente, em 2017.

Período estimado: 2008 / 2015

Proxy

100 empresas beneficiadas pela renúncia fiscal no Estado do Rio de Janeiro

Estrato	Em R\$ milhões	Percentual
Primeiro decil (as dez maiores)	16.228	55,85
Segundo decil	4.125	14,20
Terceiro decil	2.403	8,27
Quarto decil	1.248	4,30
Quinto decil	1.135	3,91
Sexto decil	1.064	3,66
Sétimo decil	949	3,27
Oitavo decil	728	2,51
Nono decil	637	2,19
Décimo decil (as dez "menores" em 100)	540	1,86
Valor total	29.057	100,00

Fonte: apublica.org - aproximações de valor

PEEM - FGV

- Medidas de ajuste fiscal foram desconsideradas, para priorizar a vitória PMDBista em 2014, que ocorreu de fato, de forma que isso tornou acentuado o diferencial entre receitas realizadas e previstas na LOA e despesas totais fixas.
 - Receitas foram superestimadas na LOA;
 - Despesas foram subavaliadas;
 - Isto provocou o contingenciamento de gastos para ajuste às receitas; um diferencial entre orçamento planejado e execução financeira; repasse de duodécimos aos poderes Judiciário e Legislativo, com prejuízo do orçamento no Executivo;
 - Como consequência, a execução do Planejamento Plurianual (PPA) coerente com a capacidade de autofinanciamento estadual foi destruída, desmoralizada, e o processo decisório sem caixa caotiza a governança pública estadual de forma sem precedentes.;
 - Propostas de solução variadas, umas corretas e outras incoerentes (feitas para fazer passar as mais valiosas, que recaem em peso sobre o bolso da população fluminense, o empresariado privado e os servidores públicos do Estado) são apresentadas como solução de um macroproblema de governança, de ética e azar moral, de fatores externos como o preço do petróleo (a responsabilidade não é dos projetistas governantes e sim de variáveis exógenas incontrolláveis – a justificativa de sempre).
- A criação do “pacote de austeridade” a 3 de novembro de 2016 parte do princípio de que, sem medidas, o rombo previsível em dezembro 2018 chegaria a R\$ 52 bilhões. Com as medidas, a Receita de 2017 e 2018 aumentaria 28 bilhões.
- A acentuar: o déficit de caixa efetivo e real persistirá, logo as medidas são insuficientes.
- Oficializa-se a dependência financeira do ERJ junto à União e ao sistema bancário.
- Propõe-se a penosa e difícil aprovação pela ALERJ, no Executivo, de 18 medidas. Seu teor é o mais variado possível, com limitado grau de coerência e mínimo efeito estrutural para reativar a economia fluminense no longo prazo, com sustentabilidade.

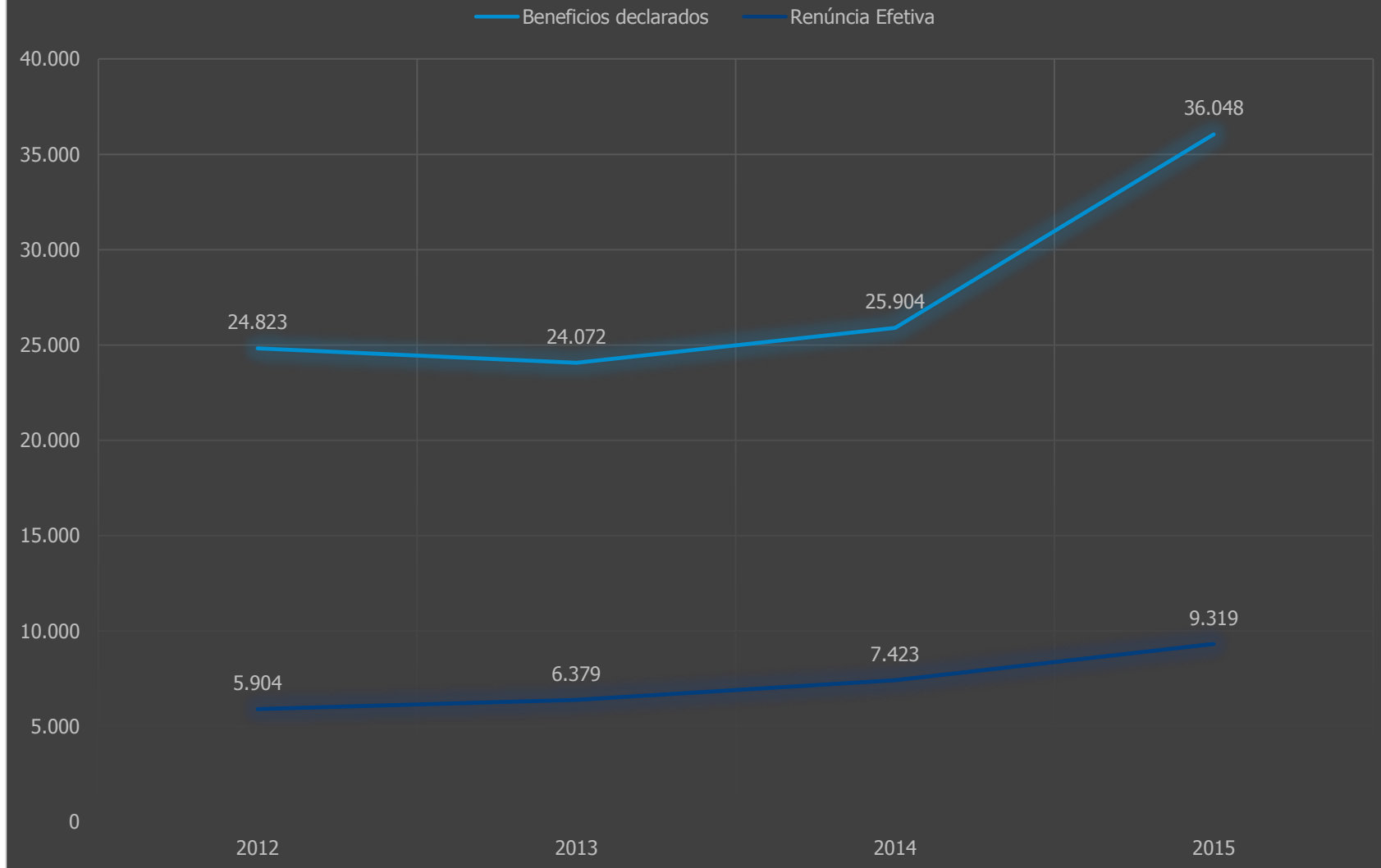
Evolução da Renúncia Fiscal Efetiva Anual no ERJ - dados da SEFAZ/RJ

Ano	Benefícios declarados	Exclusões totais	Renúncia Efetiva	Renúncia Efetiva Taxa de Variação
2012	24.823	18.919	5.904	-0,07
2013	24.072	17.693	6.379	8,05
2014	25.904	18.482	7.423	16,37
2015	36.048	26.729	9.319	25,54
2012 a 2015	110.847	81.823	29.025	

Fonte: DUB ICMS de 2012 a 2015; TCE/RJ; RACG 2015 - PEEM / FGV

Para uma visão mais completa do estudo, vide em www.ibci.com.br - textos quentes.ibci

Gráfico da Evolução da Renúncia Fiscal Efetiva Anual no ERJ - dados da SEFAZ/RJ



Fonte: PEEM-FGV; RACG-ERJ; TCE-RJ; Professor Istvan Kasznar

Em face do Diagnóstico Financeiro objetivo e direto ao ponto realizado anteriormente, como enfrentar o desafio do Reequilíbrio das Finanças do Estado do Rio de Janeiro

- Inexistem soluções miraculosas e de curto prazo. O que se criou corresponde a uma desestruturação financeira de grande monta, cujos efeitos se fazem sentir anos a fio.
- O assunto se torna difícil e melindroso, na medida em que mudanças efetivas dependem da vontade política e da capacidade moral e ética dos detentores de poder. Se os atuais titulares dos poderes executivo e legislativo mantiverem as condutas financeiras atuais, as negociações de renúncias com transparência limitada, as estruturas, os sistemas, os controles financeiros, as auditorias e as equipes vigentes, haja vista o sério problema de azar moral que sobre eles recai, a sociedade, o empresariado isento, os contribuintes e em suma, a comunidade fluminense criarão poucas esperanças para que de fato o sistema se altere.
- A esperança recai sobre as decisões das eleições a sucederem no ano 2018. Quem vencer como candidato a governador e o grupo que for eleito terá uma possibilidade de mudar equipes, pessoas, estruturas, órgãos públicos, regulamentos, controles, auditorias, formas de autorização de pagamento a fornecedores, formas de licitação e aprovação de projetos e contratos, de qualificar e abrir as informações e os bancos de dados financeiros-econômicos, entre outras atividades.
- Isto implica em fomentar e instituir um Plano Estratégico de Governança Pública e do ERJ digno do nome (PE), que seja implementado de fato. Até o presente, os PE são frágeis tecnicamente, compêndios de projetos sem detalhamento financeiro nem relações de custo / benefício maiores, a girar e serem feitos por grupos pequenos, nem sempre de especialistas. Carecem os PE de envolvimento e comprometimento por amplas equipes transversais de trabalho. São frequentemente apenas uma praxe a cumprir, burocrática, sem empenho para melhor desempenho. O Planejamento em certos círculos é visto com desdém, o que não empodera seu titular e implantador a realizar *real politics*. Ademais, precisa de regulamentação, o que ante a União e ALERJ fica lento.
- É premente e necessário sair do improviso e do amadorismo arrogante. Bom exemplo de como não fazer um processo de reequilíbrio das finanças estaduais foi fornecido pelo “Plano de Austeridade”, a seguir analisado (PA). Careceu ele de vínculos maiores, mais profundos e ajustados, com medidas, pacotes e regulamentos interconectados e matriciais, que se efetivam para as grandes metas econômico-financeiras-sociais de uma unidade federativa. Esse PA mescla temas diversificados desordenadamente com fraquezas. Penaliza sobremaneira os servidores públicos, o combalido empresariado fluminense e os depauperados consumidores (população como um todo). Seus vínculos com o PE aplicado não foram até o momento esclarecidos. Logo, foi e é objeto de renegociação e rejeição, o que afeta ainda mais o reequilíbrio financeiro a ser reconquistado.

O pacote de austeridade

É preciso fazer alguma coisa – declarou fonte do Palácio (in O GLOBO, 4/11/2016)

Medidas propostas para enfrentar a crise

aceita X não aceita pela comunidade
aprovada X rejeitada pela ALERJ

Pró X Contra retomada econômica
Significativa X Insignificante

	Medida Proposta	R\$ Milhões	Temática	Impacto Macroeconômico
1	Programa Renda melhor acaba	193,0	Combate à desigualdade. Política de rendas.	
2	Acaba o Restaurante Popular ou é municipalizado	56,8	Combate à desigualdade. Política de rendas.	Aumenta a desigualdade; fomenta violência em potencial
3	Acaba o aluguel social de desabrigados	74,1	Política de rendas. 15 mun/chuvas e inundações	
4	ICMS maior p. energia, telecom, cerveja, cigarro, ...	1.400,0	Carga Fiscal sobre empresas e consumidor	
5	Vetada anistia e refinanciamento a devedores	1.570,0	Carga Fiscal sobre empresas e Tributação (estimativa)	PIB Estadual cai; Empresas fecham
6	Fundos desvinculados	500,0	Pagamento dos servidores do ERJ	Fortalece a despolarização econômica do ERJ
7	Mudar repasse de duodécimos, vinculado a RCL	400,0	Pagamento dos servidores do ERJ e movim. financeiro	
8	Reajustes salariais adiados para 2020	2.400,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
9	Extinção do adicional por tempo de serviço	202,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
10	Teto para reajustes salariais não excede 70% da RCL	3.540,0	Pagamento dos servidores do ERJ (estimativa)	
11	Redução de 30% na remuneração de comissionados	84,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
12	Governador e secretários com salários menores 30%	7,1	Pagamento dos servidores do ERJ e Alta Administração	
13	Desconto previdenciário dos servidores de 11% a 14%	1.200,0	Pagamento dos servidores do ERJ e carga fiscal	
14	Aliquota de 30% dos servidores ativos e inativos (por 4 qua)	6.800,0	Pagamento dos servidores do ERJ	
15	Extinção de Secretarias, Insti., Fundaç.; e Autarquias	12,4	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	
16	Nº de secretarias de 20 para 12 (Reduz quantos empregos fixos?)	100,0	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	Em tese, redução de custos
17	Barcas de Ilha Grande e Paquetá cobram trajeto	1,7	Extinção de subsídio de transporte	Repasse de despesas ao consumidor .
18	Bilhete único sem subsídio, limita bem. A R\$ 150 am	256,0	Extinção de subsídio de transporte	Promove reajuste fiscal; reduz distorções.
	Total	18.797,1		

Fontes: DOERJ; O GLOBO; PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

Sobre quem recai o peso das medidas propostas

	R\$ Milhões	% e sobre quem recai o peso das medidas
Combate à desigualdade. Política de rendas.	323,9	1,72
Carga Fiscal sobre empresas e consumidor	2.970,0	15,80
Pagamento dos servidores do ERJ	15.133,1	80,51
Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	112,4	0,60
Extinção de subsídio de transporte	257,7	1,37
Total	18.797,1	100,00

Fontes: DOERJ; O GLOBO; PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

Tamanho e proporção das medidas econômico-fiscais	Número	Valores projetados
Grandes	6	acima de R\$ 1 bilhão
Médias	3	entre R\$ 250 mm e R\$ 999,99 mm
Pequenas - Nano	9	abaixo de R\$ 250 mm

Fontes: Critério Técnico debatido no PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

De 27 macrotemas que levam ao reequilíbrio das contas públicas, 5 foram abordados no Pacote

O que se espera que se realize, aborde e apresente à sociedade brasileira e fluminense

Medidas, reformas, pacotes, regulamentos, implantação de ações, followups ...

Necessita de Planejamento, cálculos, projeções, métricas de impacto e aplicação

O que foi abordado com as 18 medidas

	Impacto real e efetivo de medidas, sobre	Situação	Desejado
1	Desenvolvimento Econômico		aumente
2	Produto ($Y = C + I + G + X - M$)		cresça
3	Renda; distribuição de renda e desigualdade social		aumente
4	A matriz de produção integral de bens e serviços - efeitos setoriais no ERJ		integre
5	Renda sobre as classes e agentes: empresários; autônomos; PME; servidores; ...		equidade
6	Coesão econômico-financeira-fiscal com legislativa e de regulamentação		racionalidade
7	Geração de Riquezas ante vocações naturais e induzíveis no ERJ		cresça
8	Efeito multiplicador de Produto, Renda e Riqueza		aumente
9	Preços, custo Brasil e custo ERJ		diminua
10	Estrutura, Arquitetura e Engenharia da Administração Pública (AP) TOE	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
11	EAE - AP no ERJ TOE	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
12	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	Tamanho Ótimo do Estado - TOE-ERJ	racionalidade
13	Sistema Tradicional X Reformas Modelo de Estado, de Negócio e afins		modernizar
14	Arrecadação tributária		moderar
15	Ajuste Fiscal: capacitação efetiva para o equilíbrio		leve superavit nominal
16	Facilitação de se fazerem negócios e investimentos no ERJ		facilitar
17	Facilitação de se fazerem novos investimentos privados		facilitar
18	Facilitação de se fazerem novas PPP		facilitar
19	Promoção do Sistema Financeiro e Bancário e dos Meios Eletrônicos ERJ		facilitar
20	Promoção do Terceiro Setor no ERJ		facilitar
21	Promoção dos Serviços (Educação; Turismo; Entretenimento; Cultura; ...)		facilitar
22	Convergência com interesses da União, Estados e Municípios (E&M)		renegociar
23	Capacitação para diferenciar-se ante "competição" federativa de E&M		renegociar
24	Transparência da execução financeira dos projetos de investimento		abrir info
25	Do custo econômico e fiscal ao ERJ, dos PPA, LOA e afins "equivocados"		calcular, expor
26	Do custo econômico e fiscal ao ERJ, das crises macroeconômicas federais		calcular, expor
27	Da remessa contínua de arrecadações de impostos federais positivos à União		calcular, expor

Fontes: PEEM-FGV; Professor Istvan Kasznar

Para uma visão mais completa do estudo, vide em www.ibci.com.br - textos quentes.ibci

Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável

- **Dispor de meios e recursos**, além de equipe de trabalho que esteja interessada e comprometida com **os interesses superiores do ERJ e defina os macroeixos do modelo de desenvolvimento e sustentabilidade política**;
- **Conseguir um acordo estável duradouro dos três poderes locais e da classe política**;
- **Obter o apoio da União**, para dispor de meios econômico-financeiros que permitam a implantação e execução de medidas profundas, significativas de impacto profundo e duradouro;
- **Confrontar-se com o azar moral e minimizá-lo**;
- Capacitar-se para uma **nova era de planejamento**, com a reestruturação estadual, ante discussão do que remanesce do sistema tradicional em face da modernidade que **requer reformas**;
- **Desenhar um sistema econômico, empresarial, jurídico e produtivo estadual que ante a estrutura institucional e ao sistema tributário venha a gerar mais estabilidade; mais eficiência; mais qualidade e mais investimentos no ERJ**;
- **Evitar a erosão das bases fiscais do futuro**;
- **Evitar a quebra sistemática da cadeia de produção e de suprimento do ERJ, que destrói seu PIB**;
- Dispor de uma equipe de financistas que realmente entenda de **Reengenharia e Engenharia Financeira Pública e Privada, a favor do ERJ**. Isto é, Banking Avançado.

As perguntas corretas que devemos responder são:

- 1) Como estruturar as instituições e os acordos políticos, para adquirir estabilidade, auto sustentabilidade e capitalização autônoma de longo prazo? (para os próximos 50 anos).
- 2) Como assegurar a estabilidade econômico-fiscal-tributária-financeira de uma ex-capital, vista como rica pelo Brasil contudo em plena derrocada?
- 3) Como encorajar a retomada econômica pró-ativa, pró-cíclica, mão de obra intensiva empregadora que gera produtividade, qualidade e efetiva globalização?
- 4) Dado o quadro político-institucional que aí se encontra, com um partido comandando os poderes executivos, legislativo e judiciário simultaneamente, pode-se acreditar em mudanças de valor?

O que parece que pode e deve ser feito, resta a saber se os interesses de grupo arraigados e a cultura local estão deveras propensos a aceitar e implantar mudanças – *bullet points*.

São tantas as necessidades e as propostas de mudanças... Qual é a probabilidade delas de fato serem feitas e de darem certo?

- O ERJ necessita urgentemente de um conjunto de medidas associadas, integradas, que se transversalizam inter e intra entidades, subentidades e órgãos públicos e privados, para que se mire o desenvolvimento econômico e social auto-sustentável de longo prazo.
- Essas medidas são de teor genérico e específico, de níveis macro e micro e incluem as áreas de Administração Pública; Gestão e Governança; Economia e Finanças; Banking; Regulamentação e Direito Público e Privado Aplicado; Viabilização de Negócios e Empreendedorismo; Tecnologia, Ciências; Educação; Cultura e Promoção da Cidadania, entre outros.
- Entre as medidas, surgem as de Finanças. Engenharia Financeira. Recomposição de ativos e passivos financeiros. Lançamento programado de títulos especiais da dívida. Precatórios. Commodities Linked Indexed Bonds. Negociação com bancos públicos e privados.

- Precisa-se de um Modelo de Estado firme, decidido, moralizado, coeso e coerente, que assegure o fomento produtivo; o desenvolvimento; a estabilidade econômico-tributária-fiscal; a proteção social para todos; e o emprego produtivo;
- Sem as reformas da Administração Pública; da Previdência; das estruturas formadoras de custos e receitas; do Modelo de Negócio e do mercado de trabalho, a estabilidade verdadeira é letra morta.
- Sintonia da complexidade associada à retomada econômico-financeira do ERJ é que enquanto este continuava perdendo e destruindo empregos entre julho de 2015 e setembro de 2017, no Brasil o reemprego acentuou-se a partir de julho de 2017, como que a economia a sair da mega-recessão.

A não adoção de medidas agrava o quadro existente. Cabe entender os elos, as associações e ligas entre as propostas. Finanças não evoluem dissociadas de Gestão, pessoas, equipes de trabalho e otimização de estruturas de Administração Pública.

- **Definir o Processo do Rito Isento de Recuperação Estadual**, que é determinante e exige transitar como solucionador de conflitos, carências e aparas, não como salvador da pátria mas sim como agente criador de uma dinâmica de recuperação, com Múltiplo Comum Multiplicador de valores;
- **Efetivar um choque de Gestão na AP**: Administrativo; Logístico – Inter-regional e intermunicipal; de Capacitação dos servidores do ERJ; de Produtividade; de incentivo a políticas de geração de emprego intensivo; de redução de empecilhos aos investimentos privados diretos em negócios, setores, ciência e tecnologia, propriedade intelectual e industrial e afins;
- **Rever a estratégia e política de expansão e crescimento do ERJ**. O Município do Rio de Janeiro é essencial, mas virou um sorvedouro de tudo – Copa e Rio 16 exemplificam. A força é centripeta e precisa-se de forças descentralizadas a aproveitar as economias de escala e ligações externas com os estados vizinhos. Criou-se um fosso e faltam as políticas de desenvolvimento regionais.
- **Atacar o problema da pobreza crescente**, endêmica e da favelização explosiva. O ERJ está há décadas assistencializado, o que gera deseconomias de escala e dirige as RCL para um direcionamento de baixíssima produtividade;
- **Romper o Corporativismo local**, no qual o Estado pertence a servidores sob a guarda de políticos interessados em ganhos curto prazistas, imediatos;
- **Valorizar a coabitação de entidades essenciais e diferenciadas**, na busca de Pacto local e entendimento sustentável, de entre outros ALERJ; poderes estaduais; OAB; FIRJAN; ACRJ; ABERJ; universidades; CE; CDL; ESG; PM; PC; CB...
- **Estabelecer um Colegiado** isento, probo, determinado, capaz de gerar mudanças profundas com neutralidade e um chamamento ao equilíbrio institucional inequívoco, para mediar, intermediar e requalificar;
- **Atuar com os bancos federais e privados, nacionais e estrangeiros**, na busca de estrutura ótima de capitais estadual; operações de crédito viáveis; taxas de juros comportadas dentro das projeções orçamentárias e afins. Bancos são aliados imprescindíveis para que se saia desta cruel situação.

- **Revisar e montar sistema de aprovação qualificado de projetos públicos.** Esterilizam-se recursos sem políticas estruturantes, a exemplo do arco Metropolitano que é um vazio.
- **Redesenhar o Modelo de Negócios Estadual, com ênfase em PPP,** sobre vetores estruturantes tecnologia, mão de obra e produtividade intensivos.
- **Apor contrapartidas em todo processo de apoio a municípios e de repasse de verbas,** a começar pela política dos royalties do petróleo; criando-se fundo de investimentos gerido de modo transparente; com backup de fluxo de caixa; com % garantido para investimentos e reinversão em mão de obra intensiva;
- **Valorizar a iniciativa privada e o empreendedorismo.** Só se tira da iniciativa privada, salvo o item a seguir.
- **Focar numa carga fiscal baixa.** Esta tem caído no mundo enquanto no Brasil subiu (39% do PIB).
- **Revisar os critérios e políticas de aprovação de renúncia fiscal.**
- **Redefinir as relações e elos de contratação das universidades e faculdades.** Estas são essenciais e podem em muito contribuir a favor do desenvolvimento econômico e social local, mas inúmeras parecem destituídas de verbas e motivação. Compram-se pesquisas, consultorias e trabalhos acadêmicos que revelam uso limitado, baixa conversão para a prática do mundo real, linguagem que servidores nem sempre entendem. Falta interagir com as inteligências do ERJ de forma vigorosa, regular, produtiva, compreensiva e resultado-orientada.
- **Reformular o Portal Eletrônico do ERJ,** mostrando o orçamento, todos os projetos e suas verbas, todos os gastos com funções e subfunções de governo, no detalhe, e despesas correntes e de investimento antes de sucederem desembolsos - para conhecimento ex-ante.
- **Abrir os dados para todas as contas e rubricas movimentadas. Detalhar melhor as contas inter e intradepartamentais, assim como “outros”. Especificar todos os montantes de saídas de caixa e publicá-los detalhadamente, com conhecimento prévio de auditorias internas, externas e das duas Câmaras propostas a seguir.**

Sugestões para o reequilíbrio das Finanças Públicas do ERJ

- **Valorizar o Pacto Federativo;**
- **Capacitar a discussão e o acordo macro, maior, na evolução da extinção da guerra fiscal,** mediante acordo unificador dos interesses das unidades federativas
- **Demonstrar ante a União e no Governo Federal que o ERJ é concentrador de pobreza, não necessariamente de riqueza, apenas.** De forma que em números absolutos possui imensa e crescente população favelizada (nas comunidades). Não necessariamente PIB e volume de arrecadação fiscal espelham bem-estar, riqueza e capacidade de contribuição à União. A revisão de métricas e de parâmetros de transferências de recursos se faz urgente;
- **Criar a Câmara de Regulação Integrada da Administração Pública Estadual,** em comum acordo e afinação com a **Câmara de Recuperação Econômico-Financeira do ERJ,** a operarem com neutralidade, isenção e na busca de assegurar a melhor aplicação de recursos com eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, em prol das atividades sustentáveis de desenvolvimento e crescimento econômico e social (a exemplo de outros estados e municípios no Brasil e no exterior, que vivenciaram experiências de derrocada financeira – New York; Califórnia; ...);
- **Contratar um grupo exemplar de consultores estrangeiros especializados em Reforma de Estado,** que tenham referências de excelência e experiências públicas notáveis. A lembrar os efeitos das missões Kemmerer em 1925/1927 no Chile; a seguir na Colômbia (oriundo de Cornell e Princeton). Da Missão Cook no Brasil (1956). Abrir-se ao mundo globalizado e à modernização.
- **Renegociar as glosas** que inibem o uso e a liberação de recursos;
- **Levantar em que Fundos Nacionais existem verbas que podem ser repassadas ao ERJ:** a exemplo do Fundo Nacional da Saúde; das Telecomunicações; outros

Gestão e Administração de fato, com boas práticas - tópicos

- **Mais Gestão e Governança Pública** – presença do gestor onde há Estado e organização pública;
- **Mobilizar unificadamente os representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, estadual e municipal**, com insistentes visitas programadas a organizações e pessoas que fazem parte da comunidade e atuam de fato em atividades econômicas, empresariais, sociais, geradoras de renda, emprego, impostos e bem-estar. Repor a mentalidade de presença e participação, com ótica transparente nos gastos públicos;
- **Promover o ciclo completo das intervenções no mundo real** e não experimental, agindo imediatamente onde há gargalos e problemas, abusos, descasos, maranhas, demandas súbitas e ações intempestivas;
- **Valorizar a função de servidor público da ativa**. Fornecer meios adequados de trabalho e isto posto cobrar resultados mensuráveis e justos.
- **Avaliar em cargos e postos chave de Estado quem pode assumir**; quem se candidata e quem se aprova, expondo a público o assunto, para comprovar ou não competências;
- **Forjar novas e jovens lideranças nos serviços públicos**, dando-lhes tempo determinado para gerar ações e resultados, em moldes de empresa produtiva e competente;
- **Adotar Plano Estratégico realista atrelado a técnicas de boas práticas** consagradas de Administração; Economia; Direito; Contabilidade; Finanças; Engenharia e Arquitetura de Produção; Métricas de Produtividade; Tecnologia e afins;
- **Cobrar recursos financeiros de entidades e pessoas caroneiras**, de outras unidades federativas, que utilizam a infraestrutura da Saúde, da Educação, dos Transportes, das Telecomunicações e outras, no ERJ;
- **Habilitar para uso próprio os espaços públicos do ERJ disponíveis**, sem expansão de novas obras físicas (caso notório é o centro de cidades com andares e prédios públicos vazios, disponíveis).

- **Unificar e gerar escalas qualificadas de processos de trabalho de credenciamento,** hospitalar, escolar, policial e afins;
- **Fornecer defesa eficaz e permanente à Associação dos Servidores Públicos do Estado,** no que diz respeito a posições que os diferenciem eventualmente dos governantes do momento; de situações onde suspeita-se de gestão temerária; de quadros de uso de recursos que tornam ilíquido o caixa e afins;
- Prestigiar mais e ouvir as sugestões da Comissão de Finanças e similares da ALERJ; do TCE; do TCU; da FENABAN / FEBRABAN; da ABERJ; do SECIF; da FGV; da FIRJAN; da ACRJ; do CDL; e outras instituições tão importantes.
- Instituir e manter uma **robusta base de dados, com Tecnologia da Informação** de ponta;
- **Redefinir quando se faz renúncia fiscal e se aceita ou não a incobrabilidade tributária;**
- **Os assuntos correlatos, holísticos, a integrar, não podem parar aqui,** nisto, sendo esta uma amostra relevante contudo limitada logo inicial do trabalho a empreender – parte vem sendo elaborada, parte oferece singelas evidências de efetiva implementação...

Auditoria Governamental

- **Auditor:** aquele individuo que ouve, é um ouvinte; funcionário alicerçado nas leis e regulamentos, que tem por função informar um tribunal ou uma repartição acerca da legalidade dos atos ou sua interpretação e aplicação aos casos em pauta. É como um ouvidor, um perito-contador que é encarregado de examinar contas, faturas, recibos, contratos e afins.
- **Auditoria** é uma inspeção, vigilância, controle, avaliação e vigilância atenta a contas, contabilizações, atividades organizacionais, frequentemente de cunho financeiro e econômico, para evitar más práticas, desvios, corruptelas, fraudes e crimes que podem lesar o valor de uma entidade, empresa, instituição e em especial do patrimônio público;
- **Princípios fundamentais:** o da entidade; da continuidade; da oportunidade; do registro pelo valor original; da competência; da prudência; da atualização monetária;
- **O Patrimônio** pertence à entidade, a recíproca não é verdadeira;
- **A continuidade** influencia o valor dos ativos economicamente e é indispensável para aplicar adequadamente o princípio da competência;
- **Por prudência,** registra-se o menor valor para componentes do ativo e o maior valor para componentes do passivo;
- **(Bens + Direitos) – (Obrigações) = Patrimônio Líquido;**
- **A Auditoria** pode ser total (100% das contas inspecionadas) ou amostral (escolhe-se aleatoriamente ou especificamente um grupo x% de contas, contratos, dados e recibos, localidades, e afins);
- **Vide no detalhe o documento: Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade AUDITORIA PERICIA; Conselho Federal de Contabilidade; 3ª edição**

O cerne da prática das Finanças Públicas sob ótica Diretiva

- É preciso fornecer pilares para proteger a estabilidade econômico-financeira:
 - Dispor de um mercado bancário e securitário; de capitais e de fundos, resiliente, sadio e em expansão;
 - Garantir a transparência das contas públicas & da *accountability*;
 - Modernizar as estruturas e instituições do estado e dos municípios e formatar nova regulação, aplicada em tempo real;
 - Fortalecer a inclusão social e empresarial, com significativa educação financeira.

O valor da probidade das Instituições do Estado

- O ERJ necessita urgentemente, ante as recentes evidências de mega-crise de azar moral e de descompasso entre boas práticas e condutas exemplares para comandar o setor público, reafirmar os princípios de fortalecimento do controle fiscal – não apenas sobre o setor privado, mas e sobretudo sobre os gestores do próprio Estado.
 - É um desafio a necessidade de assegurar a capacidade administrativa necessária para funcionar com eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e proficiência;
 - É preciso combater incessantemente a corrupção, que se detecta em subornos; fraudes fiscais e tributárias; comissões por trás do pano; sub e sobre avaliações de taxas de juros em operações de crédito; apropriação indébita; enriquecimento ilícito; furto; roubo; outros
- O controle há de estar em mãos confiáveis e ser:
 - Independente;
 - Com uma autoridade única que tenha controle administrativo por servidor; por cargo; por cargo político e de confiança; por função pública e subfunções; por projetos e programas; por localidade; por planos e orçamentos;
 - Submetido a **auditoria interna e externa**. O desafio é fortalecer a presença fiscalizadora para zelar continuamente pelo melhor uso dos recursos públicos;
 - Implantado com tipo preventivo (antecipativo); concomitante a saídas reais de caixa; e de encontro de contas.

Exercícios

- Analise com o seu grupo de trabalho as principais contas estaduais anteriores.
- A) Qual o seu diagnóstico a respeito da situação encontrada?
- B) Quais são as principais questões importantes que lhe chamam a atenção? Onde estão as boas e as más práticas?
- C) O que lhe transmitem os indicadores financeiros e contábeis?
- D) Qual é a sua sugestão de aprofundamento de auditorias, para gerar boas práticas?
- E) O que transmitem como informação os dados de renúncia fiscal? Quais são os perigos da liberação de renúncias fiscais?

Referências Legais e autorais – Bibliografia resumida

- Bacelar, Carina; Nogueira, Danielle; Estado divulga pacote de austeridade para enfrentar crise; Jornal O GLOBO; 4/11/2016
- Bacelar, Carina; Nogueira, Danielle; Um pacote de austeridade para enfrentar crise; Cofre Vazio; Jornal O GLOBO; 4/11/2016
- Boekel, Cristina; Barreira, Gabriela; Servidores fazem novo protesto na ALERJ contra pacote de austeridade; G1; Rio de Janeiro; 29/11/2016
- Boletim das Finanças Públicas dos Entes Sub-Nacionais; Tesouro Nacional; COAFI / COPEM / COREM; www.tesourotransparente.gov.br; dezembro dos anos 2002 a 2016
- Comissão aprova parecer prévio com ressalvas ao projeto Diretrizes Orçamentárias para 2017;
- Contas de Gestão – Exercício de 2002; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2003
- Contas de Gestão – Exercício de 2003; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2004
- Contas de Gestão – Exercício de 2004; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2005
- Contas de Gestão – Exercício de 2008; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2009
- Contas de Gestão – Exercício de 2009; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2010
- Contas de Gestão – Exercício de 2010; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2011
- Contas de Gestão – Exercício de 2011; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2012
- Contas de Gestão – Exercício de 2012; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2013
- Contas de Gestão – Exercício de 2014; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2015
- Contas de Gestão – Exercício de 2015; Secretaria de Fazenda; Governo do Rio de Janeiro; CGE – Contadoria Geral do Estado; 2016
- Cunha, Armando; Rezende, Fernando; A Reforma Esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento; Editora FGV – Fundação Getulio Vargas; Rio de Janeiro; 2013

- **Dados Contábeis Consolidados Estaduais – Balanço Orçamentário – Despesas por função e documentos conexos; do Estado do Rio de Janeiro; de todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro; dos anos 2000 a 2017; Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Ministério da Fazenda – MF; anos de 2000 a 2017**
- **Decreto n. 45.938 de 22 de fevereiro de 2017; Dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira; Estabelece normas para execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2017 e dá outras providências; DO – Diário Oficial em 23/02/2017**
- **Empresas beneficiadas pela Renúncia Fiscal do Rio; <http://apublica.org/2016/11/desconto-bilionario-concedido-a-empresas-e-fator-chave-do-rombo-do-Rio>**
- **Estado do Rio de Janeiro – Propostas para o Equilíbrio Fiscal; Governo do Rio de Janeiro**
- **Extrato de Compromisso; Gabinete do Ministro da Fazenda; Ministério da Fazenda; Diário Oficial da União; Seção 3; 7 de fevereiro de 2017**
- **Galdo, Rafael; Schmidt, Selma; Poderes reagem contra pacote de governo; Jornal O GLOBO; 5/11/2016**
- **Graciosa, J. G.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2009; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2010**
- **Graciosa, J. G.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2015; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2016**
- **Kasznar, Istvan K.; Gestão Financeira no Setor Público; Editora da FGV – Fundação Getulio Vargas; Rio de Janeiro; 2014**
- **Kasznar, Istvan K.; Existe Tamanho ótimo para o Estado? O TOE; Revista de Administração Pública – RAP; FGV – Fundação Getulio Vargas; v.34; n.2; 2000**
- **Kasznar, Istvan K.; À busca do reequilíbrio das contas financeiras do Estado do Rio de Janeiro – ERJ; Apresentação ao Fórum da Revista EXAME; 6 novembro de 2017; disponível também em www.ibci.com.br , Textos Quentes**
- **Kasznar, Istvan K.; Reforma Administrativa no Estado do Rio de Janeiro; Bases de uma Recuperação para o desenvolvimento; PEEM / FGV - Fundação Getulio Vargas; Rio de Janeiro; 2015**
- **Lei Complementar n. 101; Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na Gestão Fiscal, com amparo no Capítulo II do título VI da Constituição Federal do Brasil; www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP**
- **Lei n. 13.155 de 4 de agosto de 2015; LRF do Esporte; referência ao Capítulo III – Da Gestão Temerária; Presidência da República; Casa Civil;**
- **Neves, A.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2014; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2015**

- Passos, Flávio Casaes; Tese de Mestrado; 2016: o ano em que a conta não fechou; EBAPE / FGV – Fundação Getúlio Vargas; 2017
- Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade AUDITORIA PERICIA; Conselho Federal de Contabilidade; 3ª edição
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2011 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2010
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2012 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2011
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2013 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2012
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2014 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2013
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2015 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2014
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2016 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2015
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2017 volumes I e II; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2016
- Projeto de Lei – PLOA – Lei Orçamentária Anual – ano 2017 volumes I e II; Versão alterada; SEPLAG RJ; Poder Executivo; Governo do Rio de Janeiro; Dezembro de 2016
- Rabello, J. L.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2008; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2009
- Rabello, J. L.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2010; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2011
- Relatório de Acompanhamento Mensal – RAM; Contadoria Geral do Estado; Superintendência de Relatórios Gerenciais; Governo do Rio de Janeiro
- Rosa, Buanna; Comissão aprova parecer prévio com ressalvas ao projeto Diretrizes Orçamentárias para 2017; ALERJ; 31 de Maio de 2016
- Souza, A. G.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2011; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2012
- Termo de Compromisso que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro e a União; 7 de fevereiro de 2017
- Willeman, M.; Relatório de Apreciação de Contas de Gestão do Estado do Rio de Janeiro – 2016; Rio de Janeiro; RJ; Tribunal de Contas do Estado – TCE; 2017

Professor Istvan Kasznar - PhD

Istvan.kasznar@fgv.br

 /prof.istvan.kasznar  @istvankasznar  Istvan Kasznar

**Para uma visão mais completa do estudo e de suas variantes, acesse:
www.ibci.com.br/textos_quentes**